



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL COM HABILITAÇÃO EM
PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

NAYANNA DE MATTOS KUCHENBECKER

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL:
um olhar a partir dos microdados das teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2018**

Salvador

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL COM HABILITAÇÃO EM
PRODUÇÃO EM COMUNICAÇÃO E CULTURA

NAYANNA DE MATTOS KUCHENBECKER

**PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO EM POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL:
um olhar a partir dos microdados das teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2018**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura, pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Orientadora: Prof^a. Dra. Renata de Paula Rocha Trindade de Souza.

Salvador
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas e todos que estiveram comigo durante esta trajetória que, certamente, não se iniciou e nem se finda aqui.

À minha família, que acreditou em meus sonhos e lutou comigo, dia-a-dia, contra a saudade que estes muitos quilômetros de distância nos impõem. Meus avós Yolanda e Braz, meus pais Vania e Augusto, meus irmãos Isabela e Erwin agradeço por todo apoio de sempre, sem vocês isto não seria possível.

Agradeço às amigas e amigos que sempre estiveram presentes, mesmo na ausência física, por toda compreensão, por todo amor e por todas as energias trocadas, vocês foram fundamentais para que eu me mantivesse confiante e forte. É impossível citar todos os nomes que fizeram parte desta jornada, mas sabem quem são.

À minha amiga e companheira de casa, que acompanhou diariamente este processo, prestando todo apoio emocional e material e tornando possível que eu me dedicasse a este trabalho. Thay, minhas realizações também são suas.

A todas as pessoas que contribuíram com meu aprendizado durante estes cinco anos na Universidade Federal da Bahia, professores, colegas, referências. Companheiras e companheiros do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, obrigada por todas as oportunidades e por acreditarem e confiarem em mim. Em especial, agradeço a Gleise Oliveira por me apresentar a paixão pelas políticas culturais e a Leonardo Costa que, mesmo diante das minhas inseguranças, investiu desde o início no meu caminhar pelos rumos da pesquisa.

Pela disponibilidade e empenho, agradeço a Leonardo Costa e Marcelo Paiva, que tanto me ensinaram durante o processo de construção desta pesquisa e, em especial, pelo aceite ao convite para participar da minha banca de defesa.

E de todo meu coração agradeço a Renata Rocha, minha orientadora e amiga, sempre disposta a compreender meus momentos, me orientando com zelo, carinho, atenção e sendo esta grande fonte de motivação e referência de conhecimento e repertório. Tenho muito orgulho por ter sido orientada por você e serei eternamente grata.

Entretanto, seremos ainda cientistas,
se nos desligarmos da multidão?
Os movimentos dos corpos celestes
se tornaram mais claros;
mas os movimentos dos poderosos continuam
imprevisíveis para os seus povos;
A luta pela mensuração do céu
foi ganha através da dúvida [...]

A FINALIDADE DA CIÊNCIA
Bertold Brecht

RESUMO

O objetivo deste trabalho é identificar o modo como o campo de conhecimento sobre as políticas culturais se desenvolve no Brasil a partir da observação histórica da conjuntura que envolve sua conformação, tomando como base informacional os microdados de teses e dissertações defendidas no Brasil de 1987 a 2018, disponibilizados na plataforma *Dados Abertos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)*. Para a delimitação do *corpus*, utilizando-se do ferramental da bibliometria, foram selecionados os trabalhos que continham, pelo menos, uma das expressões relativas a *políticas culturais* no título, resumo e/ou palavras-chave. Diante da observação dos principais resultados, como evolução temporal, distribuição territorial e por programas de pós-graduação, identificou-se que existe um campo de estudos em consolidação no Brasil, com destaque para a produção do estado da Bahia. A multidisciplinaridade do campo e a grande riqueza terminológica são apontadas como características inerentes ao campo, a partir da identificação e análise das opções dos(as) autores(as) pelo uso de determinadas expressões em suas indexações.

Palavras-chave: Políticas culturais; teses; dissertações; bibliometria; campo de conhecimento.

ABSTRACT

This work's purpose is to identify how the field of cultural policies knowledge has been developed in Brazil from the historical observation of the conjuncture that involves its conformation, taking as information base the microdata of the theses and dissertations defended in Brazil from 1987 to 2018, available on the Open Data Platform of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES). For the corpus delimitation, using the bibliometrics tool, it was selected only works that contained at least one of the expressions related to cultural policies in the title, abstract and / or keywords. In view of the observation of the main results, such as temporal evolution, territorial distribution and postgraduate programs, it was identified that there is a field of studies in consolidation in Brazil, with emphasis on the production of the state of Bahia. The multidisciplinary nature of the field and the great terminological wealth are pointed out as characteristics inherent to the field, based on the identification and analysis of the authors' options for the use of certain expressions in their indexing.

Palavras-chave: Cultural policies; theses; dissertations; bibliometry; field of knowledge.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 - Evolução por período da média anual do conjunto de dissertações e teses defendidas no país em relação às que tematizam as políticas culturais (1987 a 2018).	36
TABELA 1 - Quantitativos do conjunto de dissertações e teses totais e sobre políticas culturais defendidas no Brasil por período	37
FIGURA 2 - Evolução anual do conjunto de dissertações e teses defendidas no país em relação às que tematizam as políticas culturais (1987 a 2018).	38
TABELA 2 - Quantitativos do conjunto de dissertações e teses totais e sobre políticas culturais defendidas no Brasil por Estado.	39
FIGURA 3 - Percentual de dissertações e teses sobre políticas culturais em relação ao conjunto de dissertações e teses por unidade federativa (1987 a 2018).	40
FIGURA 4 - Distribuição de dissertações e teses sobre políticas culturais por região brasileira (1987 a 2018).	41
TABELA 3 - Quantitativos de dissertações e teses sobre políticas culturais defendidas na Bahia por instituição.	42
TABELA 4 - Quantitativos de dissertações e teses sobre políticas culturais defendidas por programa de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia.	43
FIGURA 5 - Distribuição anual de dissertações e teses sobre políticas culturais no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.	44
TABELA 5 – Ranqueamento dos principais programas de pós-graduação de instituições brasileiras por número de teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas.	45
TABELA 6 – Distribuição dos termos referentes a políticas culturais encontrados nos conjuntos de teses e dissertações sobre o tema no Brasil.	47
FIGURA 6 - Expressões mais recorrentes dentre as palavras-chave das teses e dissertações sobre políticas culturais no Brasil (1987 a 2018).	50
FIGURA 7 - Expressões mais recorrentes dentre as palavras-chave das teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas na Bahia (1987 a 2018).	51
FIGURA 8 - Expressões mais recorrentes dentre as palavras-chave das teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas em São Paulo (1987 a 2018).	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CLACSO - Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais
CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural
CRH - Centro de Recursos Humanos
CTD - Catálogo de Teses e Dissertações
CULT - Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
DC - Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo
EDUFBA - Editora da UFBA
ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
FACOM - Faculdade de Comunicação
GT - Grupo de Trabalho
INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo
INL - Instituto Nacional do Livro
MEC - Ministério da Educação
MES - Ministério de Educação e Saúde
MinC - Ministério da Cultura
ONU - Organização das Nações Unidas
PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNC - Plano Nacional de Cultura
PÓS-CULTURA - Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade
REDEPCULT - Rede de Estudos em Políticas Culturais
RUBI - Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
TCC - Trabalho de Conclusão de Curso
UECE - Universidade Estadual do Ceará
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UNB - Universidade de Brasília
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. CONFORMAÇÃO DE UM CAMPO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	14
2.1 Políticas culturais: um campo em crescimento	18
2.2 Importantes investigações sobre políticas culturais no Brasil	25
3. METODOLOGIA	29
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
4.1 Como se desenvolve este campo de estudos	35
4.2 Expressividade do estado da Bahia	38
4.3 Expressões relativas ao campo e nuvens de palavras	46
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
6. REFERÊNCIAS	57
APÊNDICE A - PROCEDIMENTOS E FÓRMULAS PARA FILTRAGEM DE DADOS	60
PASSO 1 - Preparação do arquivo	60
PASSO 2 - Localização dos trabalhos que contenham pelo menos uma das expressões	61
PASSO 3 - Preenchimento das demais informações	62
PASSO 4 - Ajuste das células preenchidas com numeral “0”	63
PASSO 5 - Consolidação do arquivo final	64

1. INTRODUÇÃO

Falar sobre o campo de conhecimento das políticas culturais suscita alguns interessantes questionamentos. De que forma ele vem se desenvolvendo? Há de fato uma organização da produção científica que permita defendê-lo como campo? Para desenvolver esta pesquisa, parto da minha trajetória pessoal e do interesse em desvendar, como um primeiro exercício, se e como o campo se estabelece.

Ao ingressar no curso de graduação em Comunicação com habilitação em Produção em Comunicação e Cultura na Universidade Federal da Bahia, já trazia grande interesse pela área de políticas públicas e, naturalmente, pelo tema da cultura. A disciplina de Políticas Culturais, ministrada pela professora Ma. Gleise Oliveira ainda no primeiro semestre, me ajudou a expandir o olhar sobre a organização e gestão da cultura na esfera pública e me despertou o interesse em pesquisar ainda mais profundamente o campo e suas complexidades.

Infelizmente, o tempo da disciplina foi curto para todas as questões que se levantavam, mas comecei a atuar, ainda no primeiro semestre do curso, como estagiária da pesquisa Financiamento e Fomento à Cultura no Brasil: estados e Distrito Federal, desenvolvida pelo Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), coordenada pelo professor Albino Rubim, grande referência nos estudos das políticas públicas de cultura no país. Tal pesquisa resultou na publicação de dois livros homônimos publicados pela Coleção CULT da Editora da UFBA (EDUFBA) e me proporcionou a oportunidade de conhecer e compreender melhor, e de forma mais ampliada, a organização da cultura no Brasil, sobretudo no que tange à institucionalidade e à gestão financeira nos órgãos públicos de cultura.

No ano seguinte, como bolsista de iniciação científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), de 2017 a 2018, participei da pesquisa Economia criativa e formação em organização da cultura, orientada pelo professor Dr. Leonardo Figueiredo Costa. A pesquisa procurou mapear e discutir questões referentes à presença/ausência da disciplina de Economia Criativa nos cursos de nível superior do Brasil. Este trabalho trouxe importantes revelações também no que tange à abordagem do tema dentro dos cursos, analisando seus Projetos Pedagógicos, carga horária das disciplinas, semestres em que são ofertadas, além de refletir sobre a formação de profissionais para atender a este setor estratégico para o desenvolvimento econômico. A pesquisa culminou na publicação e apresentação do artigo intitulado *Economia da cultura e criativa e a formação em organização da cultura no Brasil* (COSTA et al., 2018) no IV Congresso Internacional Sobre Culturas e na

sua atualização e publicação livro *Estudos sobre políticas culturais e gestão da cultura: análises do campo da produção acadêmica e de práticas de gestão* (p. 158-180, 2019), organizado por Lia Calabre e Alexandre Domingues e publicado pela Fundação Casa de Rui Barbosa.

Ainda em 2018, um novo estudo despontou no campo das políticas culturais. Encampado pela Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão da Fundação Casa de Rui Barbosa, a cargo do setor de Políticas Culturais desta importante instituição pesquisa, surge a proposta, dentre outras iniciativas, da realização de um mapeamento nacional do campo de produção de conhecimento em políticas culturais, através de uma metodologia que parte de análises bibliométricas e cientométricas, através do cruzamento de dados de autores, palavras-chave, áreas de conhecimento, trabalhos e bibliografias, tomando como principal fonte informacional dados extraídos da plataforma Lattes

Com o intuito de atingir todo o território nacional, a ideia inicial da pesquisa era firmar parcerias com pesquisadores de diferentes estados. Na Bahia, junto ao Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), a investigação teve início no segundo semestre de 2018, da qual fiz parte como bolsista de iniciação científica (PIBIC), orientada, inicialmente, pelo professor Dr. Leonardo Figueiredo Costa (FACOM/UFBA) e, na segunda etapa, realizada no ano seguinte, pela professora Dra. Renata Rocha (FACOM/UFBA), orientadora também deste Trabalho de Conclusão de Curso. A participação nesta pesquisa em concomitância com meu TCC foi pessoalmente significativa, uma vez que se mostrou capaz de impulsionar meu desenvolvimento acadêmico e profissional enquanto pesquisadora, além de contribuir com informações importantes que ora apresento neste trabalho.

A primeira etapa do projeto resultou na publicação do artigo *Levantamento de publicações sobre políticas culturais na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2005 e 2018* (2019), apresentado no XV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT. A partir deste primeiro esboço, procuramos testar algumas metodologias de extração de dados e análises. Foi necessário delimitar o *corpus*, em um primeiro momento, dado que o projeto inicial era direcionado ao levantamento dos dados de produção científica sobre o tema das políticas culturais em artigos, capítulos de livros, trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses no estado da Bahia. A metodologia, ainda em construção naquele momento,

partiu de um levantamento manual nos repositórios online e físicos, na biblioteca da UFBA, no Catálogo de Dissertações da CAPES¹, bem como em trabalhos já publicados.

Diante das dificuldades encontradas, como a falta de registros sólidos e organizados nos repositórios e baixo quantitativo de TCCs sobre o tema, optamos pela redução do escopo à Universidade Federal da Bahia. No que tange à seleção dos capítulos no Repositório Institucional desta mesma instituição, foram localizados textos dedicados à temática em periódicos como: *Cadernos CRH (Centro de Recursos Humanos)* e *Revista Interdisciplinar de Gestão Social e DANÇA: Revista de Pós-Graduação em Dança*. Foi dada especial atenção, porém, à *Políticas Culturais em Revista*, devido à robustez do material disponibilizado. Outros dados analisados se referem aos capítulos de livros publicados pela EDUFBA nas coleções *Coleção CULT, Cultura e Pensamento e Sala de Aula*, bem como dissertações e teses defendidas em seus programas de pós-graduação dentro do período proposto.

Em dezembro de 2018, participei, junto aos demais integrantes do grupo de pesquisa, do *II Seminário Internacional da Cátedra UNESCO de Políticas Culturais e Gestão*, realizado na Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro. O evento nos trouxe interessantes perspectivas de análise para a pesquisa que começava tomar forma. A partir das apresentações e discussões decorridas foi possível identificar possibilidades de estudo sobre o campo das políticas culturais no Brasil, vislumbrar metodologias e traçar algumas metas para sua realização.

Mais focada nas explorações metodológicas, a segunda etapa do projeto de pesquisa buscou nos apropriar um pouco mais acerca das ferramentas e métodos qualitativos e quantitativos de análise da ciência de dados. A dissertação de mestrado de Marcelo Paiva, intitulada *Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas* representou um salto positivo na condução da pesquisa. Não só os textos discutidos nos trouxeram importantes reflexões, como também a disciplina Sociologia Digital, ministrada pelo professor Dr. Leonardo Nascimento, a qual participamos das aulas como ouvintes e entendemos um pouco mais sobre a utilização das ferramentas Atlas.ti e R®.

Como fruto deste projeto de pesquisa, elaboramos conjuntamente o capítulo *Dados abertos da CAPES como fonte informacional: Uma análise da produção de conhecimento sobre políticas culturais no Brasil* (ROCHA et al., 2020) – no prelo – e o artigo *Publicações sobre*

¹ Disponível em <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

políticas culturais na Universidade Federal da Bahia: explorações bibliométricas (ROCHA et al., 2020) na PragMATIZES – Revista Latino Americana de Estudos em Cultura.

Este percurso na iniciação científica me permitiu amadurecer o entendimento sobre o campo e enriqueceu sobremaneira a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso. Partindo de uma metodologia comum, todas as etapas geraram importantes análises construídas coletivamente, cujos alguns resultados serão apresentados e os trabalhos serão citados ao longo deste texto.

Cabe ressaltar que os desafios enfrentados muito dizem respeito à escassez de referências e incipiência das ciências de dados voltadas às áreas humanas. Ademais, as humanidades digitais possuem características multidisciplinares e, muitas vezes, parecem um pouco dispersas, razão pela qual o presente trabalho é construído com bases nos trabalhos publicados anteriormente, desenvolvidos em paralelo dentro dos projetos de pesquisa de iniciação científica.

É neste contexto que a pesquisa se desenvolve, com uma perspectiva de visualização de possíveis tendências do campo de estudos das políticas culturais, sobretudo a partir das investigações em teses e dissertações que tratam do tema. A escolha por essa base informacional se justifica na medida em que tais trabalhos representam um amplo investimento de recursos em sua consecução, por seu caráter institucionalizado e pela padronização e acessibilidade dos dados disponibilizados.

Parte da trajetória do campo das políticas culturais é abordado no segundo capítulo, sob a ótica das ações estatais implementadas nos principais marcos e períodos políticos, além de traçar também um pouco do panorama dos estudos que se dedicaram a compreender a área e as produções científicas que dela partem.

A metodologia é abordada no terceiro capítulo e descreve o processo de pesquisa deste trabalho, valendo-se do ferramental da bibliometria, método que propõe a análise de um campo ou setor do conhecimento a partir de suas publicações. Tal método objetiva a compreensão da dinâmica e evolução da informação científica e tecnológica de determinada área.

A partir da extração e tratamento dos dados de teses e dissertações defendidas no Brasil, de 1987 a 2018, disponibilizados pelo banco de Dados Abertos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), foram realizados procedimentos com vistas a verificar se este campo de conhecimento pode, de fato, ser definido como tal. As limitações deste escopo metodológico são também elucidadas no capítulo em questão.

Além da progressão temporal do campo, que se estabelece e ganha fôlego a partir dos anos 2000, é possível aventar relações entre a efervescência de estudos na área e a profusão de políticas estatais ligadas aos períodos políticos, onde a institucionalidade da cultura se revela com maior força. A distribuição territorial também demonstra importantes indicativos nesse capítulo, como a notoriedade do estado da Bahia na contribuição acadêmica para o tema.

Algumas características qualitativas sobre os trabalhos também são expressas no decorrer das análises. A multidisciplinaridade e dispersão terminológica do campo são evidenciadas através da observação da variedade de programas de pós-graduação em que são defendidos os trabalhos. As expressões adotadas pelos(as) autores(as) nos títulos, resumos e palavras-chave das produções acadêmicas também demonstram que não há uma terminologia comum.

Com o intuito de ilustrar e delinear tais considerações, foram construídas nuvens das expressões auto-indexadas pelos(as) autores(as) no campo de palavras-chave dos trabalhos, utilizando os dados dos trabalhos defendidos no Brasil, em São Paulo e na Bahia, opção justificada pelo seguinte dado: o estado de São Paulo é responsável pelo maior quantitativo absoluto de publicações de teses e dissertações e a Bahia corresponde ao maior quantitativo relativo à área das políticas culturais quando confrontado com o número geral de trabalhos defendidos no estado.

Por fim, foram discutidas as contribuições deste trabalho e os resultados obtidos com as investigações, reiterando que existe um campo de estudos em políticas culturais se consolidando no Brasil, ainda incipiente, difuso e multidisciplinar, mas com grande importância. Voltar-se para estudos como este nos permite reforçar a relevância de se investir em políticas públicas para a cultura, em ampliação e fortalecimento de órgãos de pesquisa e instituições de ensino, além de buscar compreender o papel que os estudos sobre cultura desempenham no cenário nacional ao longo do tempo.

2. CONFORMAÇÃO DE UM CAMPO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

A relação entre política e cultura é marcada por intensos movimentos no decorrer da história e recorrer às noções empregadas a estas duas áreas separadamente representaria um empenho pouco produtivo para definir a conformação do campo de estudos propriamente dito das políticas culturais. Desde o período colonial, temos registros de tal conjunção, ao observarmos, por exemplo, os enlaces entre Igreja, política e cultura - entendida aqui como a alta cultura erudita e hegemônica.

Em diversos países, as primeiras tentativas de consolidação das políticas públicas de cultura estiveram estreitamente vinculadas à educação e ao patrimônio, ao tempo em que procuravam engendrar iniciativas em direção ao fortalecimento das identidades nacionais. Este direcionamento talvez se deva às concepções herdadas do século XIX, quando o desenvolvimento da noção de cultura, sobretudo na França e na Alemanha, se construía com bases em uma ideia de civilização, fortemente ancorada em princípios de letramento e erudição. Admitir então que a cultura seria fator importante e concomitante ao estabelecimento dos Estados-nação, contribuía para a existência de iniciativas que resultaram na ampliação da produção artística e cultural, buscando, em especial, a legitimidade social e a unificação política nestes países.

No entanto, é apenas a partir do século XX que incidem sobre a cultura, admitindo seu caráter simbólico e cotidiano, os primeiros intentos para sua institucionalização, passando a integrar o campo dos direitos fundamentais e a compor a agenda política de Estados e instituições, com a elaboração de planos nacionais e a criação de ministérios e mecanismos para promovê-la. Um importante marco deste processo é a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, quando se começa a reconhecer a importância da cultura e dos direitos individuais na sua participação e fruição, com vistas ao pleno desenvolvimento cooperado entre países.

Compreendida no artigo 22º, a cultura é mencionada como direito indispensável de todas as pessoas, visto que

Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948)

O artigo 27º, versa sobre os direitos de participação na vida cultural da comunidade, bem como, ainda que preliminarmente, sobre os direitos autorais das obras produzidas.

1. Toda a pessoa tem o direito de tomar parte livremente na vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar no progresso científico e nos benefícios que deste resultam.
2. Todos têm direito à proteção dos interesses morais e materiais ligados a qualquer produção científica, literária ou artística da sua autoria. (DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS, ONU, 1948)

Desta forma, se começa a vislumbrar os primeiros intentos para a ampliação da compreensão de cultura como fator primordial para o pleno desenvolvimento humano. Entendendo seu papel tanto para o fortalecimento da cooperação entre os países, quanto para o bem viver dos indivíduos, a cultura passa a figurar nas agendas políticas com primeiros indícios de uma perspectiva cidadã, compreendida como direito.

Sem tirar o mérito deste primeiro momento, cabe, no entanto, questionar alguns de seus reais desdobramentos. Não se pode negar a importância de se assegurar os direitos ao largo acesso da população ao fazer e fruir da cultura. No entanto, vale reiterar a necessidade de ampliação de tal perspectiva. Para Isaura Botelho (2001), “estão em jogo a circulação das várias formas de expressão e conhecimento, o uso de linguagens diversificadas e a promoção das formas de cultura que permitam avançar tanto em termos de arte quanto de qualidade de vida”. Isto significa dizer que assegurar a expressão e consolidação de uma cultura realmente democrática exige, dentre diversas ações articuladas, a presença efetiva do Estado na formulação de políticas públicas e ações que visem ao desenvolvimento social, simbólico e econômico das nações.

Sendo assim, em um primeiro momento, mostra-se comum a interpretação das políticas culturais como elemento operativo de ações práticas desenvolvidas - ou negligenciadas - por órgãos governamentais, limitando e atrelando a garantia de sua execução à atuação do Estado. Esta visão não está de todo errada, uma vez que, a partir dos intentos de institucionalização da cultura, é possível que o enfoque ganhe força e possa se desenvolver em âmbito local, nacional ou internacional. No entanto, tal classificação carece de aprofundamentos e um maior alargamento do olhar para outros fatores que envolvem o reconhecimento e a promoção cultural. Para tanto, faz-se necessário levar em conta aspectos como seu desenvolvimento histórico, as peculiaridades territoriais, as disputas simbólicas e os próprios conceitos de cultura que lhe são subjacentes.

Entende-se que o momento estaque de implementação de uma política pública por vias do Estado não pode ser considerada uma política cultural por ela mesma, respaldada apenas por sua carga burocrática, mas por todo o percurso realizado para que viesse a existir. Para Lia Calabre,

Por política pública cultural estamos considerando um conjunto ordenado e coerente de preceitos e objetivos que orientam linhas de ações públicas mais imediatas no campo da cultura. (CALABRE, 2005)

Entretanto, é irrefutável que a pauta cultural entra nas agendas políticas, rumo à sua institucionalização, a partir de ações práticas efetivas e estatais. No Brasil dos anos 30 do século XX, à frente do Departamento de Cultura e Recreação de São Paulo (DC), criado em 1935, Mário de Andrade² comandou uma experiência “provavelmente, pioneira no desenvolvimento de um arcabouço político e operacional especialmente orientado para a formulação e a execução de políticas culturais no país” (SENA, 2019). Outro importante feito deste período foi o Anteprojeto de Preservação do Patrimônio Artístico Nacional redigido por ele, em 1936, a pedido do então ministro da Educação, Gustavo Capanema.

A participação de Mário de Andrade na guinada da visão sobre a cultura no Brasil, tanto no DC quanto no governo federal, é hoje reconhecida pelo caráter democrático de suas proposições, especialmente “pelo empenho na promoção do diálogo criativo entre formas populares e eruditas de arte e cultura, na expansão das oportunidades culturais à população menos favorecida e, ainda, no reconhecimento das formas de arte e cultura dessa mesma população” (BOTELHO, HOELZ, 2018, p. 340).

Em meio a essa conjuntura, o primeiro governo Vargas (1930-1945) também se encarrega de construir instituições voltadas para setores ainda carentes da atuação do Estado, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Houve ainda a iniciativa de regulamentar o setor da radiodifusão, com a criação de legislação específica sobre transmissões radiofônicas, a criação do Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e do Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1938 é criado o Conselho Nacional de Cultura, vinculado ao Ministério de Educação e Saúde (MES).

A implementação dessas ações foram emblemáticas e representaram as primeiras bases para as decorrentes iniciativas em direção à organização e conformação do campo da cultura de maneira orientada, embora possam ser consideradas ações ainda verticalizadas, com baixa participação popular nos processos decisórios. Desta forma, ainda que com vistas a promover a cultura a partir de perspectivas nacionalistas neste cenário, a política passa a ser instrumento também para desenvolver a cultura, e não o contrário.

²A atuação de Mário de Andrade teve um papel decisivo no projeto de renovação artística e cultural iniciado pelo grupo de modernistas em São Paulo. Ele foi um importante animador do movimento, a exemplo da realização da Semana de Arte Moderna, em 1922, que representou um marco fundamental neste processo de transformação artística.

As décadas de 40 e 50 foram acometidas por forte ausência de políticas estatais na área cultural, porém bastante proficientes no campo da iniciativa privada. É neste período que se despontam os meios de comunicação de massa, o rádio e a televisão. Não obstante, instabilidades comuns ao campo também se observam neste período. Em 1953 o Ministério da Educação e Saúde é desmembrado, dando origem aos Ministérios da Saúde (MS) e o da Educação e Cultura (MEC).

O período seguinte, sob o qual se instaurou a ditadura militar brasileira (1964-1985) foi particularmente profícuo na elaboração de políticas públicas para a cultura. A criação e fortalecimento das instituições culturais neste momento podem ser entendidas como uma tentativa de controle também pelas vias da cultura, sobretudo no que se refere ao desenvolvimento econômico e certa autonomia brasileira na produção de suas obras. Embora a participação popular tenha sido restringida e censurada durante a ditadura, o Estado demonstrava seu interesse na organização da cultura e domínio total também neste campo. Um importante exemplo aqui é a criação da EMBRAFILME, em 1969, com vistas a fomentar a produção e distribuição de filmes brasileiros.

Iniciativas posteriores no Brasil, como a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, atribuíram ao Estado o dever de avaliar os índices e especificidades da cultura e do produto cultural brasileiro. O trabalho do CNRC foi ampliado em 1979, com a criação da Fundação Nacional Pró-Memória, dirigida por Aloísio Magalhães e vinculada ao - até então - Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Com o fim da ditadura militar e redemocratização brasileira, mesmo que ainda com algumas ações estatais voltadas à cultura, como a criação do Ministério da Cultura (MinC) em 1985, observamos ao surgimento de uma política de desestatização que procurava orientar e atribuir às empresas privadas a responsabilidade pela política cultural desenvolvida no país. Este contexto de maior ausência do Estado e retomada da possibilidade de expressão pública resultam também na ampliação das discussões críticas sobre os rumos das políticas culturais no Brasil.

Mais recentemente, os quatro anos da gestão de Gilberto Gil (2003-2006) e a subsequente gestão de Juca Ferreira (2008-2011) no Ministério da Cultura, reestruturaram a atuação do MinC durante o governo Lula. Houve a criação de diversas secretarias, aproximação com outros ministérios, abertura para a participação popular e a realização de duas Conferências Nacionais de Cultura, a primeira em 2005 e a segunda em 2010, ano em que é também aprovado o Plano Nacional de Cultura (PNC). Para Albino Rubim, as iniciativas políticas deste período

para a cultura “se constituíram como políticas públicas porque foram baseadas em debates e deliberações negociadas com a sociedade e suas comunidades culturais. Institucionalidade e organização cultural se desenvolveram de modo acelerado.” (RUBIM, 2015)

A forte ligação da cultura com a política pode ser reforçada ao percebermos os períodos políticos e a consequente abordagem dada à cultura em cada um deles. Apenas como um exercício de abstração, observa-se no Brasil três ondas bastante paradigmáticas: a ditadura militar, quando a cultura passa a figurar como ferramenta de desenvolvimento nacional, por meio de ações práticas de institucionalização; o período pós-ditadura, quando a política neoliberal orienta também a cultura como uma forma de negócio; e o momento inaugurado a partir dos anos 2000, em um contexto mais progressista, marcado pela implementação de políticas sociais e culturais mais efetivas, continuadas e críticas. Também é nesta terceira onda que se acentuam as publicações de trabalhos sobre o tema, graças à ampliação das universidades e da melhor distribuição territorial das políticas.

2.1 Políticas culturais: um campo em crescimento

A produção de conhecimento em torno das políticas culturais vem se tornando mais presente ao longo dos últimos anos, em consonância com a conjuntura político-institucional, sobretudo nas instituições e organismos que se dedicam a compreendê-la. A análise sistemática do desenvolvimento deste campo de estudos impõe certas limitações, uma vez que sua própria conformação não é estanque e está em constante processo de constituição e rediscussão, marcada por dissensos e dificuldades de conceituação. (BRANDÃO et al., 2019)

Os esforços empregados para compreender a posição ocupada pela fórmula *política cultural* (CANCLINI, 2019), nos impelem a recobrar seu surgimento desde os principais elementos que a compuseram na gênese das delimitações teóricas e como ocorrem seus desdobramentos a partir da perspectiva dos autores eleitos neste trabalho.

Em um texto emblemático de Néstor García Canclini, publicado originalmente em 1987 e traduzido para o português em 2019, a cultura e as políticas públicas que a orientam devem ultrapassar as ações estatais, assumindo um papel ativo dos diversos atores sociais, compreendendo, por fim, políticas culturais como o

[...] conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, as instituições civis e os grupos comunitários organizados, a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social. (CANCLINI, 2019, p. 56)

A proposição feita por Canclini, apesar de amplamente adotada por diversos autores, pode não ser suficiente para definir a complexidade do campo. A própria utilização do termo *consenso* em sua definição é passível de dubiedades nas interpretações que dela partem. É necessário compreender que a cultura - e as políticas culturais em consequência - não podem ser concebidas sob a ótica da neutralidade, entendendo-as como componentes de um terreno em constante disputa por incorporações hegemônicas, ou contra-hegemônicas, na sociedade. Portanto, como pontua Renata Rocha, considerar a cultura como formadora de consenso é, em certa medida, negá-la enquanto finalidade e considerá-la como mero instrumento da política. Ademais, “a ideia de política como ‘conjunto de intervenções’ carece de um maior detalhamento, com o intuito de estabelecer sua sistematicidade, continuidade, abrangência e centralidade, explicitando as diferenciações entre uma mera ação/intervenção e uma política cultural.” (ROCHA, 2016, p. 686)

Além disso, determina para a política cultural o *objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população*, desconsiderando que a própria concepção de *necessidade* não pode ser definida e também resulta de um processo de disputas, contextos e interesses, como discutido anteriormente.

Partindo da proposição de Canclini, Teixeira Coelho desenvolve, em 1997, o *Dicionário Crítico de Política Cultural*, importante referência para o campo, e propõe um conceito um pouco mais detalhado. Em sua perspectiva, considera a política cultural como

[...] uma ciência da organização das estruturas culturais [...] entendida habitualmente como programa de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas. Sob este entendimento imediato, a política cultural apresenta-se assim como o conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável. (COELHO, 1997, p. 293)

Embora apresente um horizonte um pouco mais específico sobre o tema, a conceituação de Teixeira Coelho esbarra ainda na problemática de elencar papéis específicos para o cumprimento das políticas culturais, uma vez que possivelmente deixa de fora objetivos outros das intervenções. (ROCHA, 2016, p. 687)

Outro ponto que nos cabe questionar é a conceituação de política cultural a partir do termo *ciência* como campo definido, uma vez que vimos considerando-a aqui como conjunto de intervenções práticas e formação teórica oriunda de processos multidisciplinares, históricos, resultado de inúmeros rearranjos. Conforme salienta Alexandre Barbalho,

[...] os significados e as lógicas sociais que guiam, ou pretendem guiar, uma determinada política cultural podem sim e devem ser objeto de pesquisas e reflexões científicas segundo o local de onde se observa (um olhar histórico, ou antropológico, ou sociológico...). Ou na confluência de áreas que, diga-se de passagem, é o olhar privilegiado, para não dizer mais adequado, para esse tipo de estudo, já que o objeto transcende as delimitações acadêmicas tradicionais. Mas, acima de tudo, tal objeto não está inserido em um saber específico, uma ciência exclusiva denominada “política cultural”. (BARBALHO, 2007, p. 3)

Nos deparamos então com mais uma contradição assentada nessa área de conhecimento, para além das dificuldades de conceituá-lo, sua natureza multidisciplinar pode ser positiva sob a perspectiva do aprofundamento das pesquisas, a partir das especificidades disciplinares que se somam e constroem este complexo universo. Não à toa, a política cultural é, sobretudo a partir do século XXI, tema de estudos nas áreas de sociologia, antropologia, história, arquitetura e nos diversos campos de formação das artes, como no teatro, nas artes plásticas e na dança (CALABRE, 2014, p. 111). No entanto, a pulverização disciplinar pode representar um obstáculo na adoção de sentidos, conceitos e terminologias comuns, tão caros ao desenvolvimento teórico e ao reconhecimento deste domínio (BRANDÃO et al., 2019)

Como afirma Ana Maria Ochoa Gautier (2003, p. 65-66) a dispersão de sentidos existente nas tentativas de conceituação é característica intrínseca ao próprio campo na atualidade, e podemos acrescentar que tal afirmação pode ser compreendida como causa e/ou efeito de todo o processo histórico que atravessa a formação deste campo no arcabouço do conhecimento.

Para além da conceituação, é característica marcante do texto de Canclini (2019) a caracterização das políticas culturais e de seu desenvolvimento histórico, abordando o surgimento do tema enquanto campo de estudos. Também são discutidas as mudanças que acompanharam a cultura no processo de reconhecimento e entrada na agenda política como área autônoma, assim como a saúde e a educação, por exemplo. Segundo o autor, um importante marco neste processo foi a publicação da coleção *Studies and documents on cultural policies* pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1969, que deu bases para a *Primeira Conferência Intergovernamental sobre Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros da Política Cultural*, que ocorreu no ano seguinte em Veneza. É neste contexto que se pretende adotar um sentido comum sobre o papel da cultura para o pleno desenvolvimento dos países, concebendo o desenvolvimento cultural como um avanço conjunto de toda a sociedade, para além dos meros índices econômicos (CANCLINI, 2019). Conquanto, não abandonando sua devida importância, o autor orienta que, embora busque-se transnacionalizar o reconhecimento da dimensão simbólica e da necessidade de

institucionalização da cultura, surge também mais uma das contradições do campo: a enorme carga burocrática presente nas representações e documentos decorrentes deste momento, a falta de participação efetiva da sociedade e a aceção de uma política cultural ainda centralizadora e verticalizada.

Ainda que restrita quase sempre ao âmbito governamental, as conferências regionais e mundiais da UNESCO, ocorridas no Chile, Argentina e Brasil em 1985, representaram significativa ampliação nas discussões acerca da cultura para além das esferas nacionais, reconhecendo os limites comuns e construindo parâmetros teóricos para as políticas culturais neste importante momento de transnacionalização. Neste sentido, nota-se um forte direcionamento para a integração da pauta cultural como propulsora do desenvolvimento dos países, colocando-a em posição de centralidade nos debates. Esta ótica passa então a orientar a cultura como fator primordial para o desenvolvimento humano e social e não apenas no seu entendimento como instrumento político vertical, conforme se apresentava nos primeiros esforços engendrados lá na década de 30, brevemente apresentado anteriormente neste trabalho.

Graças à similaridade dos processos históricos vivenciados pela Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai, sobretudo no que tange aos períodos ditatoriais sofridos por estes países e posterior democratização, viu-se a necessidade de refletir e estudar suas conjunturas sob aspectos como política, democracia, Estado, sociedade e cultura. Nesta perspectiva, ocorre a criação de um Grupo de Trabalho sobre Políticas Culturais no Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), envolvendo autores como José Joaquín Brunner, Néstor García Canclini, Oscar Landi, Sérgio Miceli, entre outros. Extrapolando as análises para diversos países da América Latina, o grupo realizou uma pesquisa comparativa sobre as relações entre política cultural e consumo, de grande importância no cenário de mudanças suscitadas pelas transformações tecnológicas, industriais e comerciais da comunicação a nível global.

Além de pontuar estes importantes marcos na consolidação do campo das políticas culturais na América Latina, Canclini traça um percurso crítico acerca de sua conceituação e relação com o desenvolvimento. O característico cenário desigual dos países latinoamericanos o permite desenvolver este novo paradigma da política cultural, tomando distância daquele que a empregava apenas sob a égide da democratização, conforme discutido anteriormente.

Para Canclini, questões como crise socioeconômica, movimentos populistas e revolucionários, cultura popular e construção de hegemonia e consenso são fatores importantes para localizar estas definições no contexto latinoamericano. Segundo ele,

a redefinição do conceito de cultura tem facilitado sua recolocação no campo político, ao deixar de designar apenas o canto dos livros e das belas artes, ao conceber a cultura - em um sentido mais próximo ao antropológico - como o conjunto de processos onde se elabora a significação das estruturas sociais, a reproduz e transforma mediante operações simbólicas; é possível vê-la como parte da socialização das classes e dos grupos em formação das concepções políticas e no estilo que a sociedade adota em diferentes linhas de desenvolvimento. Os aspectos simbólicos da transformação rural e do reordenamento do espaço urbano, que até pouco tempo só atraíam antropólogos e semiólogos, hoje são considerados chaves para o êxito ou fracasso das políticas. (CANCLINI, 1987, p. 25, tradução nossa³)

Também nesta linha, trabalhos como de Guillermo Bonfil Batalla, *Culturas populares y políticas culturais* e Sérgio Micelli, *Estado e Cultura no Brasil*, desenvolvidos em 1982, embora não fizessem o esforço de conceituação exatamente, procuraram levantar a reflexão a respeito de aspectos até então pouco contemplados: a pesquisa empírica, a análise crítica, o planejamento e os movimentos sociais (ROCHA, 2016, p. 683).

O caráter inaugurador dos textos citados e a ponderação sobre as particularidades nacionais, estendendo as análises a um viés crítico e transnacional, configuraram neste momento um importante salto para o entendimento do campo das políticas culturais e fundaram bases para as pesquisas que se seguiram.

O momento político vivenciado no Brasil na década de 90 é marcado por forte ausência do Estado, as políticas culturais implementadas ficaram delegadas à iniciativa privada, sob uma ótica mercadológica da cultura, o que refletiu em um período pouco frutífero também para o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área. Não obstante, é importante considerar os avanços empreendidos ao longo da história, sobretudo a concentração de publicações que surgiram a partir dos anos 2000, com a ascensão de governos com perspectivas mais progressistas.

Embora, nesse período, grande parte dos autores tenha se debruçado sobre análises empíricas de práticas das políticas públicas de cultura para diversos setores, o aumento expressivo no número de publicações representa um reflexo do que acontecia também no campo político de maneira geral. O empirismo observado nos trabalhos é reflexo de uma tentativa de consolidar conceitos em um contexto de muitas mudanças políticas e ações implementadas. A

³ “la redefinición del concepto de cultura ha facilitado su reubicación en el campo político, al dejar de designar únicamente el rincón de los libros y las bellas artes, al concebir la cultura - en un sentido más próximo a la acepción antropológica - como el conjunto de procesos donde se elabora la significación de las estructuras sociales, se la reproduce y transforma mediante operaciones simbólicas; es posible verla como parte de la socialización de las clases y los grupos en la formación de las concepciones políticas y en el estilo que la sociedad adopta en diferentes líneas de desarrollo. Los aspectos simbólicos de la transformación rural y del reordenamiento del espacio urbano, que hasta hace poco sólo atraían a antropólogos y semiólogos, hoy son considerados claves para el éxito o fracaso de las políticas.”

ascensão de governos mais vinculados à esquerda, a implementação de políticas sociais e a inclusão das discussões com centralidade na cultura pela América Latina provocaram um significativo aumento nos debates dentro do campo teórico. Tais reflexões desafogam, ao menos em parte, a urgência desta abordagem nos países latinoamericanos, sobretudo considerando seus períodos progressos de regimes ditatoriais e autoritários, onde o debate crítico acerca da cultura e seus papéis não era sequer cogitado.

Numa escala mundial, podemos destacar aqui, a aprovação da *Convenção da Diversidade Cultural da Unesco* e a construção da *Agenda 21 da Cultura* (2004). Tais acordos internacionais incitam os governos a construir novas agendas políticas para a cultura e implementarem legislações e planos de cultura em seus países. Além disso, o momento é propício e foco de atenção nas pesquisas que se desenvolvem na área.

No Brasil, acompanhando o destaque que as políticas culturais adquirem a partir da efervescência das iniciativas e debates impulsionados pelo MinC, a partir de 2003, diversas pesquisas e políticas públicas despontam neste período e se proliferam, como também são ampliados os espaços dedicados à publicação dos estudos desenvolvidos na área.

O estado da Bahia se destaca com a criação de espaços destinados à discussão sobre cultura e, não obstante, aos estudos na área de políticas culturais. Em 2003 é criado o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT), órgão complementar da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que possui em sua constituição uma linha de pesquisa em políticas culturais. O CULT, em parceria com a Editora da UFBA (EDUFBA), é responsável pelos livros da Coleção CULT, cuja primeira publicação data de 2007. O órgão se encarrega também da organização dos Encontros Multidisciplinares em Cultura (ENECULT).

O Encontro, que em 2020 realizou sua décima sexta edição ininterrupta - em formato online neste ano - teve sua primeira edição realizada no ano de 2005 e constitui-se como o maior evento de discussão acadêmica na área da cultura no Brasil. Posto que abarca as discussões sobre cultura em uma perspectiva multidisciplinar, o evento se caracteriza como importante espaço de debates e publicações acadêmicas também na área das políticas culturais. (BRANDÃO et al. 2019)

Com cursos de mestrado e doutorado, o Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura) da UFBA, criado também em 2005, é outro relevante espaço de formação de profissionais e pesquisadores em políticas culturais na Bahia, representando também grande contribuição no cenário nacional.

O periódico eletrônico *Políticas Culturais em Revista* começa a publicar trabalhos com notória ênfase à área de políticas culturais a partir de 2008, após consolidação da Rede de Estudos em Políticas Culturais (REDEPCULT). A própria criação da Rede demonstra o desejo de maior articulação entre os(as) pesquisadores(as) da área. Criada em maio de 2007, no III ENECULT, realizado em Salvador/BA, a REDEPCULT é responsável pela organização e publicação do periódico, que começou a ser desenvolvido no segundo semestre de 2007. Os principais objetivos da Rede demarcam a necessidade de desenvolver investigações acerca das políticas culturais; estimular novos estudos nesta área; realizar intercâmbio com outros pesquisadores e instituições no Brasil e no exterior; viabilizar cursos (presenciais e on-line) acerca do tema das políticas culturais; divulgar seus trabalhos através de publicações; criar e manter publicações voltadas às políticas culturais; e prestar assessoria na área das políticas culturais⁴.

Outro marco importante no fortalecimento das pesquisas e articulação entre pesquisadores da área é a criação, no Rio de Janeiro, do *Seminário Internacional de Políticas Culturais*. Realizado pelo setor de estudos de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, teve início em 2006 e representa outro expressivo espaço de intercâmbio entre pesquisadores do campo.

Mais recentemente, com o intuito de reunir e proteger os trabalhos em um acervo central, é criado o Repositório do Centro de Referência de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa. O empreendimento é uma das ações da Cátedra UNESCO que tem por objetivo disponibilizar em formato aberto e livre fontes documentais sobre o campo, para favorecer o desenvolvimento dos estudos sobre política de cultura no Brasil. O repositório é parte integrante do Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais (RUBI)⁵ e conta com um acervo documental de várias naturezas, como legislação ministerial, relatórios técnicos, material de divulgação e produções acadêmicas. “A intenção é que o repositório seja uma grande base em constante crescimento, que possa ser alimentada pela rede de colaboradores da Cátedra e interessados na temática” (RUBI, 2019). Na plataforma do site é possível pesquisar trabalhos científicos desde 1958 até os dias atuais, por meio de subcomunidades, como *Cátedra; Entes federados; Governo federal; Política cultural global; Produção acadêmica; Produção do setor*

⁴ Disponível em <http://www.cult.ufba.br/wordpress/publicacoes/politicas-culturais-em-revista/>

⁵ Disponível em <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>

de pesquisa em políticas culturais/FCRB; e Sociedade civil, ou mesmo através de busca por autor, assunto ou ano de publicação.

2.2 Importantes investigações sobre políticas culturais no Brasil

Albino Rubim assevera que a maioria das publicações científicas dedicadas ao estudo das políticas culturais trata sobre “análise empírica de experimentos efetivos de políticas culturais, desenvolvidas em espaços e tempos determinados” (RUBIM, 2007) e há poucos estudos tratando do *conceito* de políticas culturais. Como salienta o autor,

Pouca atenção tem sido destinada às questões mais teóricas e conceituais. Raros são os textos preocupados, por exemplo, com a teorização e a definição de políticas culturais. Na bibliografia nacional podem ser lembrados os textos de Teixeira Coelho e Alexandre Barbalho, que se voltam especialmente para a definição do conceito de políticas culturais. (RUBIM, 2007, p. 1)

Além disso, menor ainda é o quantitativo de trabalhos que propõem uma análise da conformação científica das políticas culturais e seus desdobramentos, ou seja, estudos que se voltem à localização do tema nas publicações e sistematização dos trabalhos que versam sobre o campo.

No Brasil, ainda que com linhas conceituais distintas, algumas poucas publicações buscam mapear a conformação do campo e apontam para um esforço de articulação de pesquisadores(as), indicando a formação de consensos em torno de estudos comuns. No contexto brasileiro, a exemplo dos trabalhos que se dedicaram a fazer este levantamento, destacam-se: *Estudos de Política Cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult*, publicado em 2014 por Alexandre Barbalho e Jocastra Holanda; *Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências*, publicado também em 2014 por Lia Calabre; *O perfil dos estudos sobre políticas culturais a partir do Enecult*, de Mariella Pitombo, Leonardo Nascimento, Linda Rubim e Delmira Souza, em 2016; e mais recentemente, a dissertação de mestrado de Marcelo Paiva, intitulada *Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas*, publicada em 2017.

É importante salientar, ainda, uma investida inicial para a tentativa de organização e disponibilização da bibliografia sobre a temática no projeto de pesquisa *Mapa Analítico dos Estudos de Políticas Culturais no Brasil*, desenvolvido por Albino Rubim e Taiane Fernandes. Sua primeira etapa aconteceu de março de 2003 a fevereiro de 2004 e uma segunda etapa foi desenvolvida desde março de 2004. Em 2005 uma primeira versão da bibliografia foi então

organizada. O trabalho não possui enfoque analítico, mas é um primeiro passo para a organização documental do campo.

Em *Estudos de Política Cultural no Brasil: um olhar desde o Enecult*, Barbalho e Holanda analisam nove edições do Encontro, entre os anos de 2005 e 2013. O escopo do trabalho faz um levantamento sistemático da procedência dos autores dos textos publicados; o nível federativo das políticas culturais (federal, estadual e/ou municipal); os agentes das políticas culturais (governo, movimentos sociais, ONG, empresas etc.); as perspectivas sob as quais a política cultural é discutida (patrimônio, diversidade cultural, desenvolvimento); a natureza da abordagem (pesquisa conceitual ou pesquisas empíricas); e a identificação das disciplinas, autores e livros predominantes nos trabalhos apresentados. O trabalho dá dimensão temporal do número de artigos apresentados. Nestes artigos também percebe-se predominância do exame das instituições governamentais como agentes formuladores das políticas culturais (BARBALHO; HOLANDA, 2014). Um resultado a partir do número de publicações aponta para 402 artigos publicados que tratam de política cultural, ainda que esse não seja necessariamente o tema central. Ademais, os autores observam que “83% dos textos têm uma abordagem que privilegia a análise de dados empíricos”, corroborando com a afirmação de Rubim abordada anteriormente no presente trabalho.

Na pesquisa de Lia Calabre, *Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências*, as análises são focadas nas teses e dissertações da base de dados da CAPES entre os anos de 1988 e 2012⁶, no GT (Grupo de Trabalho) de políticas culturais do Enecult e no Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, ambos de 2010 e 2012. Enquanto entre os anos de 1988 e 2000 são realizados apenas 21 trabalhos indexados com as expressões eleitas para o tema de políticas culturais, de 2001 a 2012 foram encontrados 217 registros. A autora indica, ainda, um segundo movimento de aceleração de produção que tem início em 2007, ano a partir do qual o aumento do número de trabalhos seguiu uma escala crescente: 54 trabalhos de 2001 a 2006 (23%), contra 167 trabalhos defendidos entre 2007 e 2012, alcançando um total de 77% do período. (CALABRE, 2014, p. 116)

Estes números nos indicam que certamente não é uma coincidência, considerando que ocorre a primeira defesa do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura)

⁶ Foram trabalhados os resumos disponíveis na base, através de uma pesquisa por assunto e por termos fechados: política cultural, políticas culturais, políticas públicas de cultura, ao longo de todo o período disponível na mesma (1987 a 2012). (CALABRE, 2014, p. 129)

no ano de 2007. Entre os anos de 2007 e 2012, período abarcado pelo estudo de Lia Calabre, o Programa, sozinho, é responsável por 24 teses e dissertações, ou seja 14,5% deste total. Segundo a autora,

Observa-se que há um claro deslocamento das temáticas de política cultural para políticas públicas de cultura. Tal deslocamento não tem um caráter meramente semântico, os trabalhos incorporam e/ou dialogam com as mudanças conceituais que estão sendo discutidas pela área pública, pelos organismos internacionais e pela própria academia. (CALABRE, 2014)

Cabe destacar que no levantamento feito nos Seminários da Casa Rui, é observada uma grande diversidade de áreas de formação, sendo 26 áreas citadas em 2010 e 33 em 2012. Corroborando o que já havia sido indicado a respeito da dispersão disciplinar.

No trabalho *O perfil dos estudos sobre políticas culturais a partir do Enecult*, Mariella Pitombo, Leonardo Nascimento, Linda Rubim e Delmira Souza trabalham com os anais publicados em dez edições do Encontro, de 2005 a 2014. Através da utilização da ferramenta Atlas.ti⁷, são mapeados neste escopo 2.230 trabalhos publicados. Destes, 451 trabalhos mencionavam ao menos uma vez *políticas culturais* ou *política cultural* e, após refinamento com critérios estabelecidos, chegou-se ao número de 268 trabalhos com esta temática principal ou secundária. A pesquisa buscou também resultados como a titulação dos(as) autores(as) e filiação institucional; temas eleitos e aporte teórico (autores(as) nacionais e internacionais citados).

Na direção do que já apontavam os outros estudos e em posse dos resultados da pesquisa, as autoras acreditam que “a emergência de uma agenda de pesquisa revela múltiplas camadas de processos sociais mais amplos que lhe conformam. Nesse sentido, a relevância de um tema pode sim comparecer como um termômetro das mudanças sociais que estão a se processar na sociedade” (PITOMBO et al., 2016).

Em 2017, Marcelo Augusto de Paiva dos Santos publica sua dissertação de mestrado intitulada *Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas*. Com o apoio do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos (CGEE), desenvolve critérios técnicos, à luz da cientometria, com vistas a explorar a conformação do campo a partir dos possíveis e prováveis pesquisadores da área. A metodologia parte de explorações nas informações curriculares disponíveis na Plataforma Lattes, utilizando-

⁷ O ATLAS.ti é uma ferramenta utilizada para a análise qualitativa de grandes corpos de dados textuais, gráficos, de áudio e vídeo.

se das similaridades semânticas presentes nos currículos dos(as) autores(as) e da presença de coautorias.

O desenho de redes de pesquisadores proposto na dissertação citada inaugura importantes apontamentos ao campo das políticas culturais, nos permitindo antever possíveis relações temáticas, “as características semânticas dessas produções, os marcadores institucionais e sociodemográficos dos pesquisadores selecionados e a presença da sua indexação nominal em diferentes instâncias de descrição de atividade acadêmica na Plataforma Lattes”. (SANTOS, 2017).

As várias metodologias e ferramentas propostas para os levantamentos e análises desses trabalhos nos fornecem pistas sob diferentes aspectos do campo, não apenas informações quanto ao desenvolvimento das publicações ao longo do tempo, sua divisão territorial, como também a conformação de redes de pesquisadores que delas participam e como colaboram mutuamente. No entanto, a diversidade de metodologias representa uma limitação ao tentarmos traçar um panorama mais geral e abrangente sobre o campo a partir dos seus resultados, uma vez que tornam-se incomparáveis entre si.

3. METODOLOGIA

O processo de definição metodológica envolveu o levantamento de outros estudos semelhantes, citados no capítulo anterior. Esta etapa se mostrou importante para que tivéssemos uma primeira visão, ainda que generalista, do que já havia sido produzido a respeito do campo de conhecimento das políticas culturais. Recorrer aos estudos já produzidos nos trouxe também o alargamento do olhar a respeito das metodologias possíveis e prováveis para este tipo de pesquisa, culminando em uma definição metodológica mais consistente e crítica.

Como já mencionado, a pesquisa ora apresentada apoiou-se sobre o aparato da bibliometria, pretendendo sistematizar quantitativamente as teses e dissertações sobre políticas culturais, publicadas de 1987 a 2018 no Brasil. Como base informacional foi utilizado o portal de Dados Abertos da CAPES, com o objetivo obter dados da pós-graduação em um repositório que centraliza tais informações.

A bibliometria é um método de pesquisa, no qual a discussão e reflexão sobre a produção científica são derivados da mensuração e análise de publicações de um determinado setor ou campo do conhecimento. Tais informações podem ser utilizadas na representação das atuais tendências de pesquisa e na identificação de temas para novas explorações.

A bibliometria pode auxiliar na identificação de tendências de crescimento do conhecimento em determinada disciplina, dispersão e obsolescências de campos científicos, autores e instituições mais produtivos, e periódicos mais utilizados na divulgação de pesquisas em determinada área do conhecimento. (SOARES et al., 2016, p. 177)

Sob tal perspectiva, ainda como atividade inerente à atuação como bolsista de iniciação científica, foi empreendido um primeiro esforço de levantamento dos dados referentes à produção acadêmica (teses e dissertações) sobre o campo das políticas culturais. Naquele momento, foi feita uma extração manual, por meio da ferramenta de busca existente no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da CAPES. As expressões buscadas foram *políticas culturais* e suas variantes⁸, pré-estabelecidas como significativas na opção de uso pelos(as) autores(as).

O CTD é um repositório brasileiro que congrega trabalhos defendidos nos cursos de pós-graduação, desde 1987. Desde a sua criação, a plataforma vem passando por atualizações e melhoramentos, fator que representou limitação, em certa medida, quanto à padronização dos

⁸ *Política cultural, políticas culturais, política de cultura, políticas de cultura, política para cultura, políticas para cultura, política para a cultura, políticas para a cultura, política pública cultural, políticas públicas culturais, política pública de cultura, políticas públicas de cultura, política da cultura, políticas da cultura.*

dados apresentados. Um importante marco nesse sentido é o fato de que, a partir de 2013, o CTD passa por uma importante mudança com a implantação da plataforma Sucupira, tornando-se mais completo em termos de dados fornecidos pelos(as) autores(as), além da disponibilização dos trabalhos completos em formato PDF.

A navegação na interface do Catálogo é bastante intuitiva para buscas pontuais, fornecendo a possibilidade de aplicação de diversos filtros, como ano, programa de pós-graduação, instituição de ensino, palavras-chave, entre outros. Essa primeira etapa exploratória na plataforma nos gerou alguns dados relativos à produção sobre políticas culturais, porém o método apresentou limitações, uma vez que a aplicação dos filtros não permitiu o acesso a informações como resumos e palavras-chave dos trabalhos até 2012. Como mencionado, o CTD só permite acesso ao conteúdo dos trabalhos a partir de 2013, quando é implementada a plataforma Sucupira.

Buscando superar esse entrave, entramos em contato com a Central de Atendimento do Ministério da Educação (MEC)⁹, em 19 de setembro de 2019, solicitando acesso aos microdados do CTD, com base na legislação vigente, a saber, a Lei nº 12.527, conhecida como Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011) que rege sobre o direito fundamental de acesso às informações públicas, e o Decreto nº 8.777 (BRASIL, 2016) que institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo Federal. Na mesma data de abertura do protocolo, a demanda foi considerada concluída pela equipe do Ministério após indicação da própria Plataforma do CTD. Solicitamos abertura de novo protocolo no dia 23 de setembro de 2019 e, como resposta, recebemos, em 27 de janeiro de 2020, o endereço *web* para os Dados Abertos da CAPES¹⁰.

A plataforma Dados Abertos da CAPES disponibiliza online diversos conjuntos de dados sistematizados e atualizados periodicamente, acerca da “pós-graduação brasileira, a formação de professores para educação básica e outros temas relacionados à educação” (CAPES, 2020). Os arquivos de dados disponibilizados no banco de Dados Abertos são fornecidos pelos Programas de Pós-Graduação do país e consolidados através da COLETA CAPES. Trazem informações a partir do ano de 1987, nos formatos CSV, XLS, HTML e PDF, como também os metadados dos conjuntos fornecidos. Para a manipulação e análise dos dados, optou-se pelo *download* dos conjuntos de dados em formato XLS, pela versatilidade e domínio do uso do programa Microsoft Excel®.

⁹ Por meio de abertura de protocolo no sistema *Fale Conosco* do Portal do MEC, disponível em: (<https://faleconosco-mec-cube.call.inf.br>).

¹⁰ Disponível em <https://dadosabertos.capes.gov.br/>

Os arquivos são apresentados por meio de planilhas, na qual cada coluna representa um campo de preenchimento, tais como nome do autor, título do trabalho, ano de publicação, instituição de ensino, programa de pós-graduação, grande área, área do conhecimento, palavras-chave, resumo, unidade federativa, região, entre outros. A depender do ano base de coleta, o preenchimento das informações em parte das colunas existentes pode variar.

Os arquivos que trazem conjuntos de dados anteriores à implementação da Plataforma Sucupira se referem às teses e dissertações defendidas previamente ao ano base de coleta de 2013 e possuem 42 variáveis, dentre elas o resumo, palavras-chave, autor(a), instituição de ensino, unidade federativa. As dissertações e teses defendidas após o ano de 2013 são sistematizadas em arquivos com um número ainda maior de variáveis – 57 no total – a exemplo da adição do resumo e palavras-chave em língua inglesa, número de identificação do(a) autor(a) na base de dados CAPES, participantes da banca de defesa e o endereço para o texto completo da dissertação ou tese na Plataforma Sucupira.

Os microdados são disponibilizados no banco de Dados Abertos da CAPES em arquivos divididos por ano. Sendo assim, o primeiro procedimento realizado foi o *download* dos arquivos de todos os anos para, em seguida, proceder a padronização das informações em cada arquivo.

A distribuição dos dados nas planilhas ocorre da seguinte forma: cada linha representa informações de um trabalho específico, seja tese ou dissertação. Cada coluna se refere a um tipo de informação correspondente àquele trabalho, como nome do(a) autor, ano de publicação, título do trabalho, resumo, instituição de ensino, unidade federativa, região, grande área e área do conhecimento a que pertence, entre outras. Devido a inconsistências e mudanças na plataforma de coleta de dados da CAPES de um ano para outro, sobretudo após consolidação da Plataforma Sucupira e adição de novas informações, dados referentes a uma informação ora apareciam em uma coluna ora apareciam em outra. Por exemplo, os títulos em 1987 aparecem na coluna P, enquanto que em 2013 estão na coluna H. Portanto, foi necessário padronizar todas as informações, anualmente, nas mesmas colunas, para garantir a eficiência das buscas.

Em seguida, foi aplicado o procedimento descrito no APÊNDICE A em cada arquivo correspondente a um ano e, em posse dos dados filtrados de todos os anos, estes foram reunidos em um único arquivo para elaboração dos gráficos e tabelas.

Toda a rotina foi realizada no programa Microsoft Excel® com o intuito de buscar trabalhos que trouxessem no título, resumo e/ou palavras-chave pelo menos uma das expressões relativas às políticas culturais, variando também na aplicação ou ausência de acentos, o que somou 36 expressões a serem buscadas. A adoção de diferentes termos relativos à noção de

políticas culturais buscou superar a pluralidade terminológica na área de estudos das políticas culturais, assinalado por diversos autores (OCHOA GAUTIER, 2013; ROCHA, 2016), bem como seu caráter multidisciplinar (SANTOS, 2017).

A utilização deste método, que propõe a filtragem dos dados gerais de dissertações e teses por expressões pré-definidas, nos impele a refletir sobre suas limitações, uma vez que não se pode inferir que o simples emprego de tais expressões seja capaz de determinar estritamente uma linha temática abordada nestas publicações. Ademais, é possível deduzir que muitos trabalhos que abordam estudos relativos a políticas culturais tenham ficado de fora deste levantamento, pela ausência dos termos propostos, mas que ainda assim dedicam-se a análises correspondentes ao tema, como Programas de Governo, espaços e grupos culturais, financiamento e fomento à cultura, institucionalização e gestão de órgãos de cultura etc, sem que, necessariamente, tenham mencionado qualquer das expressões em seus títulos, resumos e/ou palavras-chave.

Não obstante, como uma investida de observação deste cenário, embora se reconheça que o campo de produção de conhecimento sobre políticas culturais ultrapasse o uso das expressões acima descritas, acredita-se que seu uso em locais de destaque pressupõe a intencionalidade de pertencimento por parte do(a) autor(a) a esta área de conhecimento.

Já com os dados “limpos” e organizados após filtragem, foi identificado, a partir da comparação com os resultados obtidos na coleta manual via plataforma do CTD, que os dados dos estudos com ano base a partir de 2013 possuíam uma limitação de caracteres para os resumos (1024 caracteres no máximo) nas células do Microsoft Excel®. Porém, ao acessar o *link* presente nas células de endereço para o texto completo do trabalho na Plataforma Sucupira, o resumo presente na página estava integralmente descrito. Neste sentido, foi necessário desenvolver outra forma de extração com o objetivo de verificar até que ponto esta restrição poderia causar prejuízos significativos às análises.

Para tanto, contamos a colaboração do pesquisador Jaildo Rocha, cujo domínio acerca de outras ferramentas de extração e manipulação de dados resultou em uma relevante construção nesta etapa metodológica. Suas contribuições foram especialmente explicitadas no trabalho *Dados abertos da CAPES como fonte informacional: Uma análise da produção de conhecimento sobre políticas culturais no Brasil* (ROCHA; ROCHA; MATTOS. 2020) – no prelo – e descrevem a criação de uma rotina computacional para realização da correspondência dos termos associados às políticas culturais de forma semelhante ao explicitado anteriormente via Microsoft Excel® considerando, desta vez, o resumo completo. A extração foi feita através

da linguagem de programação R® (R CORE TEAM, 2020). Para tanto, foi utilizado um *script* – roteiro com uma série de instruções a serem seguidas pelo sistema computacional – criado com este fim e, com este novo arquivo em mãos, buscou-se avaliar os quantitativos dos trabalhos e quais diferenças ou nível de inconsistência representavam em comparação ao agrupamento anterior.

O trecho a seguir descreve a metodologia de extração deste segundo conjunto de dados. De acordo com os autores,

A rotina computacional criada pode ser dividida em três etapas: a primeira consiste na realização de uma filtragem inicial por áreas do conhecimento que poderiam abordar o tema de políticas culturais, opção feita com base na observação do primeiro grupo de dados obtidos na filtragem feita no Microsoft Excel®. Foram desconsideradas áreas como engenharias – com exceção de Engenharia de Produção –, Medicina, Agronomia, Matemática, Física, entre outras. Na segunda etapa, foi realizada a raspagem dos dados (*data scraping*, coleta automatizada de informações, neste caso especificamente em páginas de internet) dos resumos na Plataforma Sucupira e posteriormente salvos em um banco de dados¹¹. Na terceira e última etapa, a mesma filtragem foi aplicada aos dados extraídos por meio da raspagem de dados. (ROCHA et al., 2020, p. 6)

Ao comparar os resultados obtidos a partir deste método em relação ao primeiro descrito, foi observada uma diferença de 32 trabalhos não computados entre 2013 e 2018 no banco de dados filtrado em Excel®. Como mencionado, o conjunto de dados extraído diretamente no banco de Dados Abertos da CAPES possui algumas células de resumo incompletas, segundo assim, resumos que trazem pelo menos uma das expressões buscadas ao final do texto não são identificados a partir das fórmulas aplicadas para a filtragem.

Embora tenha-se identificado esta assimetria, optou-se por seguir com as análises a partir do primeiro conjunto de dados, tendo em vista a possibilidade de abarcar um período mais abrangente. Os microdados provenientes do banco de Dados Abertos aglutinam trabalhos de 1987 até o presente momento e a extração via R®, apenas a partir de 2013. Desta forma, não faria sentido adotar dois métodos distintos a depender do período, pois não representaria um padrão de dados e dificultaria as análises comparativas entre períodos. Ademais, tal opção permite que a metodologia adotada seja mais facilmente replicável em outras pesquisas, visto

¹¹ Deve-se ressaltar que para realização da raspagem de dados foram considerados dois aspectos. O primeiro deles foi a criação de um intervalo entre acessos a cada uma das páginas do texto completo do trabalho (entre dez e cinquenta segundos definidos de forma aleatória). Já o segundo, foi a redução da quantidade de acessos, ou seja, a filtragem das áreas. Ambos aspectos tem como objetivo reduzir os aspectos negativos da raspagem de dados, a sobrecarga nos servidores *web*.

que o banco de Dados Abertos da CAPES está disponível para *download* e não exige qualquer outra ferramenta para sua extração.

Para as análises exploratórias, os quantitativos de teses e dissertações foram sistematizados por: ano, região, estado, instituição, programa, grande área, área do conhecimento, entre outros. A fim de verificar possíveis tendências, optou-se pela delimitação em períodos de quatro anos, acompanhando ainda o início dos governos em âmbito federal.

Além da sistematização e elaborações gráficas quanto ao quantitativo de trabalhos a partir da distribuição por tais parâmetros, mostrou-se interessante analisar os termos e expressões utilizados pelos(as) autores(as) na auto-indexação das palavras-chave, visto que aproximações ou distanciamentos semânticos poderiam sugerir tendências na adoção de sentidos e opção de temas abordados nos referidos estudos.

Para tanto, após normalização nos conteúdos das células referentes a palavras-chave dos trabalhos, no que se refere a separadores, acentuação e outras discrepâncias identificadas no preenchimento, foram elaboradas nuvens de palavras para melhor visualização das recorrências e, por conseguinte, o que a frequência ou ausência destas expressões poderiam nos revelar. Esta etapa em específico é melhor discutida no quarto capítulo, tópico *Expressões relativas ao campo e nuvens de palavras*.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

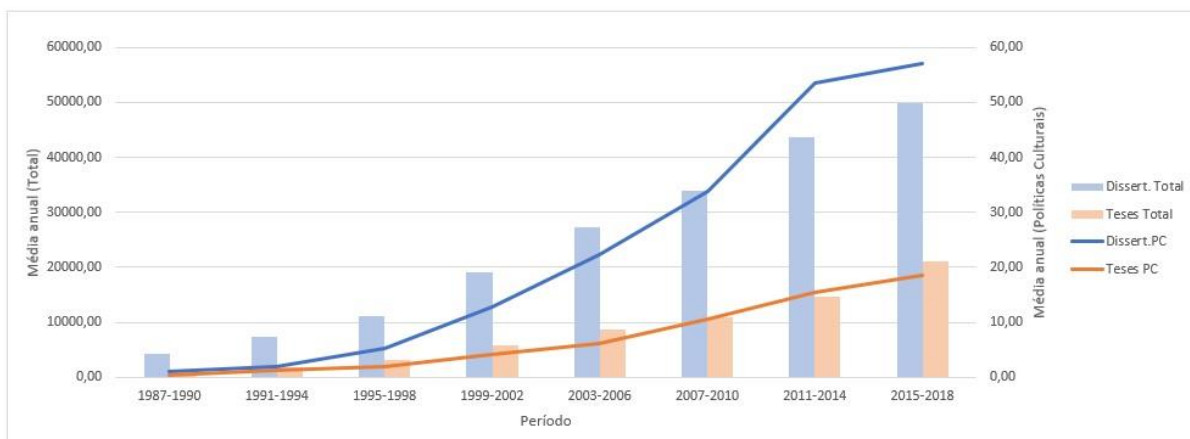
Com base nos resultados encontrados após filtragem dos dados de dissertações e teses defendidas entre 1987 e 2018 no Brasil, foi feita a organização dos dados sobre aquelas que versavam sobre políticas culturais e a elaboração dos gráficos e tabelas sob múltiplos aspectos. Com o intuito de avaliar de que forma este campo de estudos vem se conformando no Brasil, são apresentados a seguir os resultados a nível nacional, seguido das informações obtidas a partir da observação dos seus destaques.

4.1 Como se desenvolve este campo de estudos

A partir de uma exploração do CTD como base informacional, e considerando os anos de 1987 a 2011, Jesus Mena-Chalco e Vladimir Rocha (2014) corroboram, por meio da evolução do número total de dissertações e teses defendidas no país, com a perspectiva de que houve aumento considerável da produção científica no Brasil como um todo nas últimas décadas. Dentre os fatores que contribuem para esse aumento, podemos destacar as políticas de ampliação do acesso às Universidades e aos cursos de graduação e pós-graduação.

Quanto às teses e dissertações dedicadas à temática das políticas culturais, em específico, o gráfico representado na Figura 1 demonstra a ampliação do conjunto dos trabalhos defendidos, em relação aos trabalhos sobre políticas culturais no país. Para efeito de melhor visualização, os dados são apresentados em períodos de quatro anos, admitindo-se numericamente a média de trabalhos em cada período. Ademais, a divisão por períodos acompanha também as gestões de governo na esfera federal, o que permite sugerir algumas relações.

Figura 1 - Evolução por período da média anual do conjunto de dissertações e teses defendidas no país em relação às que tematizam as políticas culturais (1987 a 2018).



Fonte: elaboração própria.

Observamos que o quantitativo de trabalhos sobre políticas culturais (PC) é superior ao aumento identificado nas demais áreas, com destaque para o período posterior a 2011. Entre 1987 e 1990, a média anual do conjunto total de trabalhos foi de aproximadamente 4.354 dissertações e 1.027 teses e no último período estudado, entre 2015 e 2018, esse quantitativo salta para 49.892 e 21.033, o que nos dá um crescimento de 1045% e 1948%, respectivamente. No que diz respeito especificamente à área das políticas culturais, a média anual de dissertações é de apenas 1 entre 1987 e 1990, saltando para 57 no último período, o que representa um aumento de 5600%. A média de teses, por sua vez, vai de 0,5 no primeiro período para 18,5 no último, um incremento de 3600%. Cabe ressaltar, porém, que a expressividade da taxa de aumento dos trabalhos em políticas culturais é matematicamente reforçada pelo pequeno número de trabalhos identificados no primeiro período. Ainda assim, a expansão do campo das políticas culturais se sobressai, mesmo quando comparado ao significativo desenvolvimento da produção científica como um todo no país. (ROCHA et al., 2020, p.8)

Na Tabela 1 é possível examinar com maior detalhamento a proporção, por meio do quantitativo absoluto e do percentual de dissertações e teses sobre políticas culturais em relação ao total de teses e dissertações defendidas no Brasil por período.

Tabela 1 - Quantitativos do conjunto de dissertações e teses totais e sobre políticas culturais defendidas no Brasil por período.

Período	Dissert. Totais	Teses Totais	Dissert. PC	Teses PC	Percentual Dissert. PC / Total	Percentual Teses. PC / Total
1987-1990	17415	4107	4	2	0,023%	0,049%
1991-1994	29414	6996	8	5	0,027%	0,071%
1995-1998	44685	13136	21	8	0,047%	0,061%
1999-2002	76552	23146	51	17	0,067%	0,073%
2003-2006	109326	34559	89	25	0,081%	0,072%
2007-2010	135891	43319	135	42	0,099%	0,097%
2011-2014	174613	59176	214	62	0,123%	0,105%
2015-2018	199567	84130	228	74	0,114%	0,088%
Total	787463	268569	750	235	0,095%	0,088%

Fonte: elaboração própria.

Em números absolutos, de 1987 a 2018 são defendidas 750 dissertações de mestrado e 235 teses de doutorado sobre políticas culturais no Brasil, do total de 787.463 dissertações e 268.569 teses sobre toda e qualquer temática. Cabe salientar que, do total de dissertações encontradas sobre políticas culturais, 86 são trabalhos para obtenção de grau de mestrado profissional, ou profissionalizante. Para efeito de análise, elas foram consideradas no rol total das dissertações, não havendo distinção para os parâmetros desta pesquisa. Outra ressalva importante é o fato de não haver, na planilha do conjunto de dados da coleta CAPES, um campo relativo ao gênero do(a) autor(a), dado que ganharia importância neste trabalho.

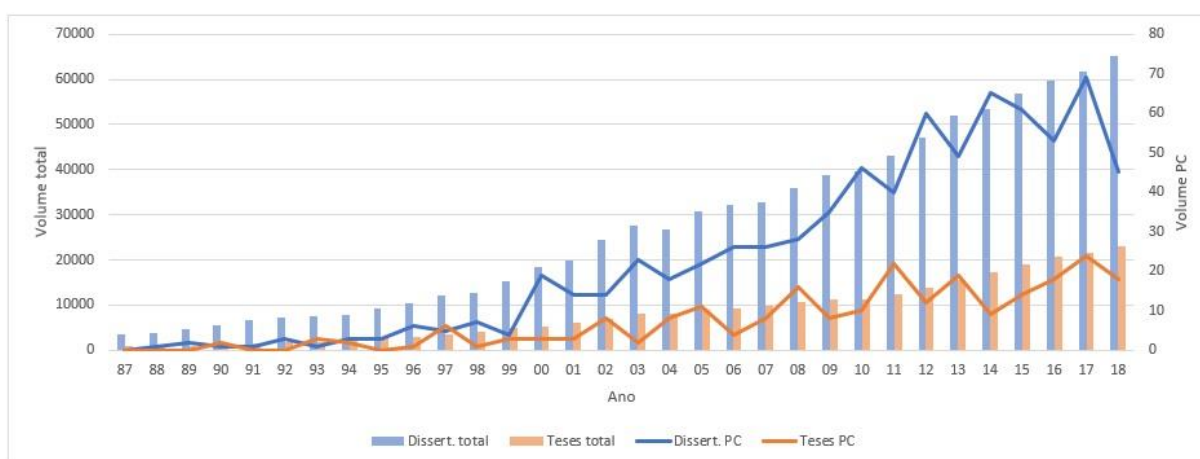
À luz da observação da Tabela 1, é possível pressupor que haja relação entre os números apresentados, ou seja, o crescimento dos estudos sobre o tema, e os períodos em que se sobressai a institucionalidade da cultura no país, com maior incidência de políticas públicas para a área. Cabe ressaltar que entre a submissão de um projeto ao Programa e a publicação da pesquisa há um tempo médio de cerca de dois anos para a defesa de dissertação e quatro para tese, o que significa que os trabalhos refletem uma temporalidade relativamente pretérita. Nos períodos entre os anos de 2003 e 2014 este incremento se torna ainda mais evidente.

Por outro lado, a leve queda no número de trabalhos sobre políticas culturais em comparação às publicações das demais áreas no último período, de 2015 a 2018, é reflexo de uma crise conjuntural no país, em especial nas políticas culturais na esfera federal, iniciada no primeiro mandato da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2014). A crise se agrava após o processo de impeachment e, com as instabilidades, ausências e cortes financeiros durante o Governo

Bolsonaro (iniciado em 2019), presumimos uma redução posterior ainda mais significativa de trabalhos sobre o tema. (ROCHA et al., 2020, p.9)

É possível observar que, embora o número de trabalhos sobre políticas culturais pareça acompanhar o crescimento geral, há variações nas proporções ao longo do tempo. A Figura 2 revela esta variabilidade na evolução anual.

Figura 2 - Evolução anual do conjunto de dissertações e teses defendidas no país em relação às que tematizam as políticas culturais (1987 a 2018).



Fonte: elaboração própria.

Diferentemente do gráfico de períodos, aqui é possível observar a instabilidade no incremento de trabalhos sobre políticas culturais ao longo dos anos, havendo quedas e retomadas de um ano para outro. Cabe salientar que devido ao baixo quantitativo de trabalhos identificados em cada ano, as variações adquirem destaque na representação gráfica.

4.2 Expressividade do estado da Bahia

Conforme já esperado, os números reafirmam a desigualdade da produção de conhecimento entre as regiões e estados brasileiros, seja em relação ao conjunto total de teses e dissertações, seja no que diz respeito ao quantitativo de trabalhos que tratam especificamente sobre o tema. Tal discrepância pode ser melhor compreendida na Tabela 2.

Tabela 2 - Quantitativos do conjunto de dissertações e teses totais e sobre políticas culturais defendidas no Brasil por Estado.

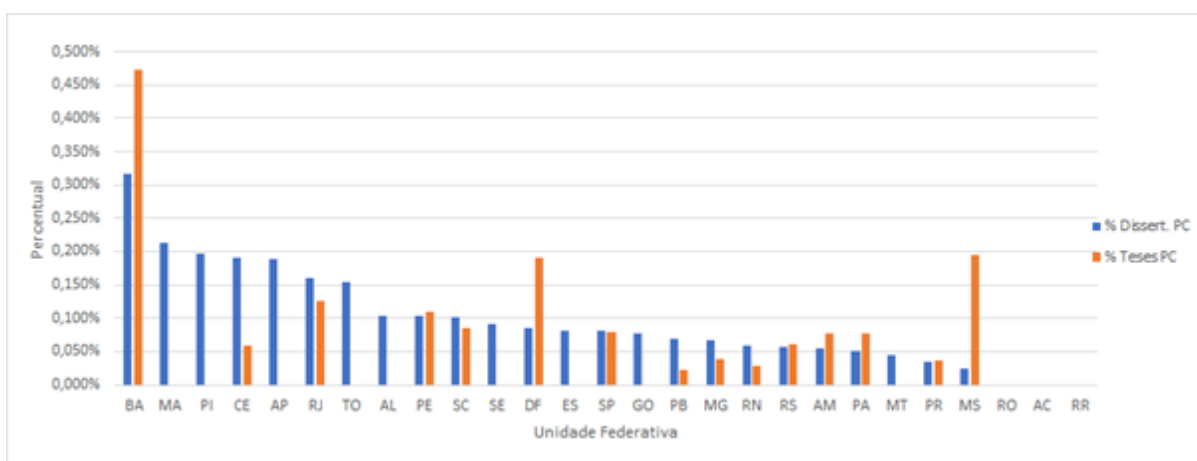
UF	Dissert. Totais	Teses Totais	Dissert. PC	Teses PC	% Dissert. PC	% Teses PC
SP	230160	119448	186	94	0,081%	0,079%
RJ	104028	38299	167	48	0,161%	0,125%
MG	79959	22915	54	9	0,068%	0,039%
RS	77041	23184	44	14	0,057%	0,060%
PR	51349	11135	18	4	0,035%	0,036%
SC	34780	8303	35	7	0,101%	0,084%
PE	28067	8228	29	9	0,103%	0,109%
DF	23495	6818	20	13	0,085%	0,191%
BA	23140	5702	73	27	0,315%	0,474%
CE	20375	5166	39	3	0,191%	0,058%
PB	19054	4317	13	1	0,068%	0,023%
RN	13714	3613	8	1	0,058%	0,028%
GO	14360	2533	11	0	0,077%	0,000%
PA	13800	2583	7	2	0,051%	0,077%
ES	9834	1221	8	0	0,081%	0,000%
MS	7947	1031	2	2	0,025%	0,194%
AM	7358	1288	4	1	0,054%	0,078%
MT	6770	458	3	0	0,044%	0,000%
SE	5473	743	5	0	0,091%	0,000%
MA	4216	366	9	0	0,213%	0,000%
PI	4072	344	8	0	0,196%	0,000%
AL	3834	564	4	0	0,104%	0,000%
TO	1301	142	2	0	0,154%	0,000%
RO	1357	74	0	0	0,000%	0,000%
AC	837	38	0	0	0,000%	0,000%
RR	605	20	0	0	0,000%	0,000%
AP	530	36	1	0	0,189%	0,000%
Total	787456	268569	750	235	0,095%	0,088%

Fonte: elaboração própria.

Em vista dos dados apresentados, não é possível identificar uma relação direta na distribuição dos trabalhos sobre políticas culturais em relação ao total, muito pelo contrário. Em números absolutos, a maior produção acadêmica sobre o tema ocorre em São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, com grande variação em relação aos percentuais. Chama atenção o fato de que Rondônia, Roraima e Acre, todos na região Norte, não possuem sequer um trabalho defendido sobre o tema em todo o período investigado, convergindo com o baixo número no total de publicações destes estados. Entretanto, devemos considerar que pesquisadores oriundos destes estados podem estar trabalhando com a temática em programas de pós-graduação situados em outras unidades da federação.

No entanto, ao levar em conta o percentual da produção em políticas culturais em relação ao total, verifica-se um cenário distinto. Um exemplo é o estado de São Paulo que, embora figure em primeiro lugar em termos absolutos, com 230.160 dissertações e 119.448 teses no conjunto total de publicações, a produção sobre políticas culturais no estado é de apenas 186 (0,08%) e 94 (0,08%), respectivamente. Já a Bahia, em nono lugar no *ranking* total, considerando a soma de teses e dissertações, com 23.140 dissertações e 5.702 teses, contribui com o maior percentual de trabalhos dedicados ao tema, as 73 dissertações e 27 teses dedicadas ao tema representam 0,32% e 0,47% do total, respectivamente.

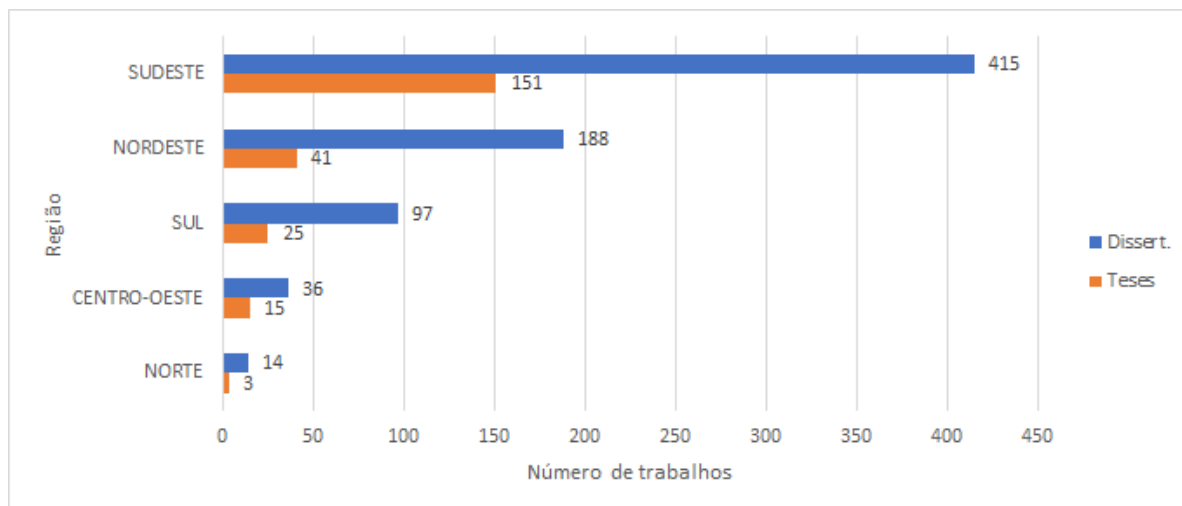
Figura 3 - Percentual de dissertações e teses sobre políticas culturais em relação ao conjunto de dissertações e teses por unidade federativa (1987 a 2018).



Fonte: elaboração própria.

Ao considerarmos apenas os números absolutos, a distribuição de trabalhos sobre políticas culturais pelas macrorregiões do país ocorre conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 4 - Distribuição de dissertações e teses sobre políticas culturais por região brasileira (1987 a 2018).



Fonte: elaboração própria.

Como explicitado na representação gráfica, o Sudeste possui o maior volume de trabalhos sobre políticas culturais. Numericamente, tal feito é facilmente justificável pelo lugar que a região ocupa quanto ao número de trabalhos defendidos no total, em especial em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A expressividade também percentual da produção acadêmica fluminense merece ser ressaltada.

No que diz respeito à concentração no interior das regiões, o Sul traz o Rio Grande do Sul como estado com maior contribuição em termos absolutos, seguido de Santa Catarina e Paraná. Ao considerarmos o percentual em relação ao total de trabalhos, porém, Santa Catarina assume a dianteira, com Rio Grande do Sul ocupando o segundo lugar e Paraná, o último. No Centro-Oeste, o Distrito Federal é responsável por grande parcela dos trabalhos defendidos e, no Norte, Pará e Amazonas.

O Nordeste se destaca quanto à produção científica sobre o tema. A região figura em segundo lugar com 188 dissertações e 41 teses defendidas sobre o tema, graças à grande participação do estado da Bahia, sobretudo diante da relevante contribuição da Universidade Federal da Bahia (UFBA), conforme verifica-se na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantitativos de dissertações e teses sobre políticas culturais defendidas na Bahia por instituição.

	INSTITUIÇÃO	Dissert.	Teses
BAHIA	UFBA	60	27
	UNEB	6	0
	UESC	2	0
	UNIFACS	2	0
	UEFS	1	0
	UESB	1	0
	UFRB	1	0
	TOTAL	73	27

Fonte: elaboração própria.

Das 73 dissertações sobre o tema defendidas no estado, 60 são provenientes da UFBA e, ainda mais acentuadamente, o são também as 27 teses de doutorado defendidas sobre políticas culturais no estado, durante todo o período abarcado neste trabalho, não havendo nenhuma defesa em outra instituição baiana no período de 32 anos.

Diante da expressividade do papel da UFBA na produção do conhecimento voltado a este tema, procuramos avaliar como a divisão se dá nesta instituição, no que se refere aos programas de pós-graduação, como demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 - Quantitativos de dissertações e teses sobre políticas culturais defendidas por programa de pós-graduação da Universidade Federal da Bahia.

	PROGRAMA	Dissert.	Teses
UFBA	CULTURA E SOCIEDADE	36	13
	DANÇA	5	0
	DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL	3	0
	ADMINISTRAÇÃO	2	0
	ARQUITETURA E URBANISMO	2	1
	ARTES CÊNICAS	2	3
	MUSEOLOGIA	2	0
	CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	1	0
	CIÊNCIAS SOCIAIS	1	0
	COMUNICAÇÃO E CULTURA CONTEMPORÂNEA	1	2
	EDUCAÇÃO	1	4
	ESTUDOS ÉTNICOS E AFRICANOS	1	0
	ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A UNIVERSIDADE	1	0
	GEOGRAFIA	1	0
	LETRAS E LINGÜÍSTICA	1	0
	MÚSICA	0	2
	FILOSOFIA	0	1
	LITERATURA E CULTURA	0	1
TOTAL	60	27	

Fonte: elaboração própria.

Como é possível observar, o total de 60 dissertações sobre políticas culturais defendidas na UFBA é distribuído em 15 programas de pós-graduação. Destas, 36 (60%) foram defendidas no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura). Seguindo a mesma tendência, encontramos oito programas distintos que abrigaram, no total, 27 teses de doutorado sobre políticas culturais, das quais 13 (48%) são oriundas do Pós-Cultura.

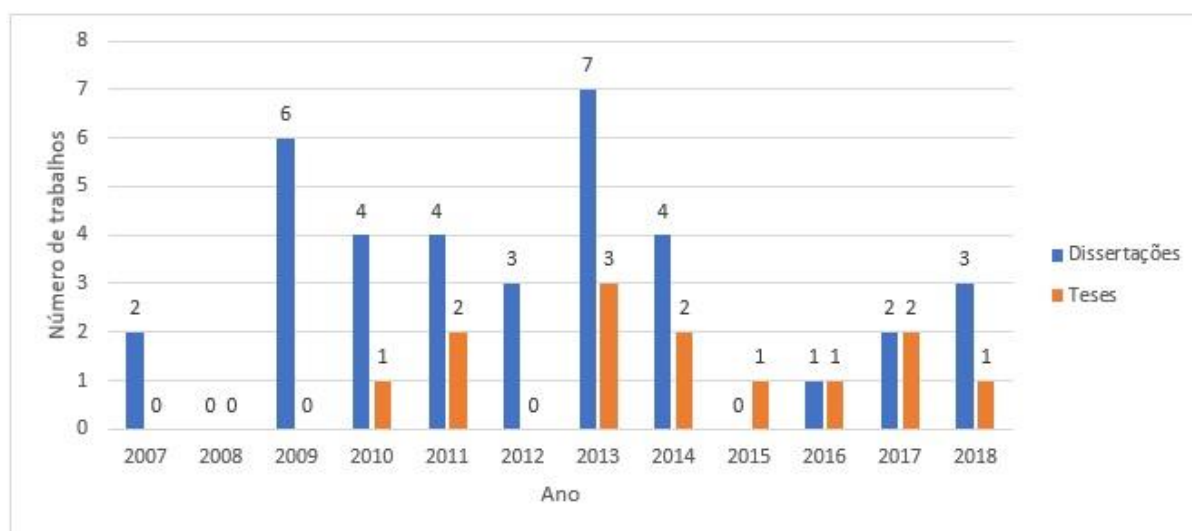
A importância do Programa se acentua ainda mais ao considerarmos que ele foi criado no ano de 2005, tendo sua primeira defesa de dissertação em 2007 e tese em 2010, ou seja, só passa a vigorar em nossas análises por um período de 12 anos para as dissertações, por exemplo, em contraponto aos 32 anos abarcados neste trabalho. Evidencia-se, portanto, sua contribuição na conformação do campo nacional de políticas culturais. Considerando a totalidade dos trabalhos sobre o tema defendidos nos mais diversos programas de pós-graduação do Brasil, o Pós-Cultura, sozinho, é responsável por aproximadamente 5% do conjunto.

A multidisciplinaridade do campo, já discutida neste trabalho é confirmada pela diversidade de programas de pós-graduação a que são submetidos e publicados os trabalhos. Discutido por Renata Rocha, Leonardo Costa, Nayanna Mattos e Gustavo Brandão no artigo

Publicações sobre políticas culturais na Universidade Federal da Bahia: explorações bibliométricas (2020), estes dados, de algum modo, atestam a multidisciplinaridade assinalada por Lia Calabre (2014) e reiterada por Marcelo de Paiva Santos (2017)¹².

Na Figura 5 observa-se graficamente a distribuição anual das defesas do Pós-Cultura sobre o tema.

Figura 5 - Distribuição anual de dissertações e teses sobre políticas culturais no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.



Fonte: elaboração própria.

Conforme já salientado, desde sua primeira defesa, em 2007, o programa já conta com trabalhos na área, com destaque para os anos de 2009, com seis dissertações e 2013, com sete. Temporalmente, é possível que a concentração de trabalhos sobre o tema no ano de 2013 seja uma decorrência da ampliação das políticas públicas para a cultura implementadas nos governos Lula (2003-2010), como descrito anteriormente neste trabalho.

Comparado a outros programas de pós-graduação no cenário nacional, atesta-se com mais veemência a participação do Pós-Cultura, revelando-se como importante polo de formação em nível de pós-graduação em políticas culturais, ocupando o primeiro lugar em número de defesas, seja de teses ou de dissertações. Verifica-se na Tabela 5 o ranqueamento dos principais

¹² Ao se debruçar sobre os currículos Lattes de pesquisadores identificados como pertencentes ao campo das políticas culturais, Marcelo Paiva encontra indícios de multidisciplinaridade não apenas no que diz respeito à formação acadêmica — multidisciplinaridade vertical —, como também no que diz respeito à conectividade por similaridade semântica entre eles, visto que não se verifica uma semantização curricular homogênea e uma maior interação entre esses estudiosos. (ROCHA et al., 2020, p. 21)

programas de pós-graduação no que concerne à participação na publicação de trabalhos sobre políticas culturais.

Tabela 5 – Ranqueamento dos principais programas de pós-graduação de instituições brasileiras por número de teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas.

TESES		
Programa	Instituição	Número
CULTURA E SOCIEDADE	UFBA	13
CIÊNCIAS SOCIAIS	PUC/SP	8
COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	PUC/SP	8
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	USP	6
HISTÓRIA SOCIAL	USP	6
CIÊNCIAS SOCIAIS	UNICAMP	6
EDUCAÇÃO	USP	5
SOCIOLOGIA	UNB	5
EDUCAÇÃO	UERJ	5
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	USP	4
DISSERTAÇÕES		
Programa	Instituição	Número
CULTURA E SOCIEDADE	UFBA	36
HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS	FGV/RJ	17
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	USP	12
POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE	UECE	11
CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO	USP	10
ESTUDOS CULTURAIS	USP	10
CULTURA E TERRITORIALIDADES	UFF	8
COMUNICAÇÃO E SEMIÓTICA	PUC/SP	8
EDUCAÇÃO	USP	6
HISTÓRIA	UFF	6
CIÊNCIAS SOCIAIS	PUC/SP	6

Fonte: elaboração própria.

Embora o Pós-Cultura figure com expressividade em primeiro lugar entre os principais programas no país, cabe ressaltar, em consonância com os números absolutos referentes ao quantitativo de trabalhos por estado, a imensa concentração na região sudeste, em especial no estado de São Paulo. No que diz respeito às teses, além da UFBA, apenas o Programa de Sociologia da Universidade de Brasília (UNB) contribui para mitigar este cenário. Quanto às dissertações, é o Programa de Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que desempenha esse papel, aparecendo no *ranking* em quarto lugar. Assim, São Paulo é o estado de origem de sete dos dez programas com maior número de defesas de teses e de seis

dos onze programas que se destacam quanto às dissertações, enquanto o Rio de Janeiro figura com um e três programas, respectivamente. (ROCHA et. al., 2020, p. 12)

As 750 dissertações sobre políticas culturais são defendidas em 159 programas de pós-graduação pertencentes a 125 instituições distintas. As 235 teses estão compreendidas em 69 programas de 45 instituições. Este dado nos mostra que a esmagadora maioria dos trabalhos está pulverizada entre os programas e instituições brasileiras, com defesas muito pontuais. A tabela apresentada demonstra uma pequena parte dos programas de pós-graduação que se destaca no campo, podendo indicar possíveis polos de produção sobre o tema. Esta proposição é apenas uma pista que merece maior investigação e desenvolvimento em estudos posteriores.

4.3 Expressões relativas ao campo e nuvens de palavras

O uso de termos específicos nos trabalhos também podem proporcionar interessantes análises. O preenchimento dos campos relativos ao título, palavras-chave e resumo, quando da publicação das teses e dissertações no repositório da CAPES, é realizado por meio de auto-indexação, ou seja, uma opção feita manualmente pelo(a) próprio(a) autor(a).

Desta forma, por meio de fórmulas aplicadas no Microsoft Excel® a esses três campos nas planilhas de dados de teses e dissertações, foram contabilizadas as expressões referentes ao campo das políticas culturais adotadas neste trabalho quanto ao seu posicionamento nas publicações, a fim de encontrar certas tendências na opção por seus usos.

As expressões foram apresentadas admitindo suas repetições, ainda que nos mesmos trabalhos ou campos buscados. Na Tabela 6 é possível verificar estas ocorrências.

Tabela 6 – Distribuição dos termos referentes a políticas culturais encontrados nos conjuntos de teses e dissertações sobre o tema no Brasil.

TERMOS ENCONTRADOS EM TESES				
TERMO ENCONTRADO	Título	Resumo	Palavras-chave	TOTAL
POLÍTICA CULTURAL	20	94	45	159
POLÍTICAS CULTURAIS	23	77	40	140
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA	4	16	4	24
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	2	10	3	15
POLÍTICAS DE CULTURA	1	5	3	9
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA	0	3	1	4
POLÍTICA DA CULTURA	1	3	0	4
POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL	0	1	1	2
POLÍTICAS DA CULTURA	1	0	1	2
POLÍTICAS PARA CULTURA	0	1	0	1
POLÍTICAS PARA A CULTURA	0	1	0	1
POLÍTICA DE CULTURA	0	0	0	0
POLÍTICA PARA CULTURA	0	0	0	0
POLÍTICA PARA A CULTURA	0	0	0	0
TOTAL	52	211	98	361
TERMOS ENCONTRADOS EM DISSERTAÇÕES				
TERMO ENCONTRADO	Título	Resumo	Palavras-chave	TOTAL
POLÍTICAS CULTURAIS	82	288	135	505
POLÍTICA CULTURAL	87	242	175	504
POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA	20	58	13	91
POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS	14	47	14	75
POLÍTICAS DE CULTURA	9	15	4	28
POLÍTICA PÚBLICA DE CULTURA	2	19	5	26
POLÍTICA PÚBLICA CULTURAL	0	13	4	17
POLÍTICA DE CULTURA	4	9	3	16
POLÍTICA DA CULTURA	1	4	0	5
POLÍTICAS DA CULTURA	0	0	0	0
POLÍTICA PARA A CULTURA	0	0	0	0
POLÍTICA PARA CULTURA	0	0	0	0
POLÍTICAS PARA A CULTURA	0	0	0	0
POLÍTICAS PARA CULTURA	0	0	0	0
TOTAL	219	695	353	1267

Fonte: elaboração própria.

Os termos *políticas culturais* e *política cultural* se apresentam como os mais amplamente utilizados nos trabalhos sobre o tema defendidos no Brasil. *Políticas públicas de cultura* e *políticas públicas culturais* também se mostram recorrentes em teses e dissertações, o que nos permite apontar e reforçar a ideia de que a temática é frequentemente levantada sob a ótica das ações políticas ligadas ao Estado.

Em uma breve observação da distribuição destes termos por instituição de ensino, foi possível perceber outro dado interessante: na Bahia a expressão preponderante é *políticas culturais*, com 31 ocorrências entre as 100 teses e dissertações defendidas, enquanto que em São Paulo é *política cultural*, com 71 incidências nos 280 trabalhos sobre o tema. A comparação é apenas um exemplo das diferenças regionais quanto à representação do campo científico. Conquanto tal inferência não seja suficiente para demonstrar as assimetrias nas abordagens destes dois estados, reforça que, neste aspecto em específico, é possível observar a dificuldade de consenso dentro do próprio campo.

Ainda a esse respeito, cabe destacar que na Universidade de São Paulo (USP) existe um vocabulário controlado¹³, sistema integrado às bibliotecas e responsável por propor uma certa uniformização na adoção de determinados termos e nomenclaturas nos trabalhos acadêmicos. Justifica-se, então, a opção dominante pela expressão *política cultural* nesta instituição. Na apresentação do sistema, define-se que

O Vocabulário Controlado USP, é uma lista de assuntos utilizada para a indexação de recursos de informação no Banco de Dados Bibliográficos da USP – DEDALUS. O Vocabulário abrange as áreas do conhecimento inerentes às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade de São Paulo, e é constituído de termos de entrada, entre os autorizados para indexação, os termos "não-autorizados", que operam como remissivas, e os elos "falsos", os quais apenas agrupam termos mais específicos. (VOCABULÁRIO SIBI/USP, AGÊNCIA USP DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO ACADÊMICA, 2019)

A UFBA não possui um sistema semelhante que regulamente a política de indexação de termos, mas historicamente apresenta, dentre as opções dos(as) autores(as), *políticas culturais* como a mais comumente utilizada para se referir ao campo.

Como uma exploração inicial é interessante alcançar tais observações, porém, a busca por palavras-chave e termos pré-estabelecidos é ainda uma metodologia restritiva. Nesse sentido, se faz necessário assinalar a relevância do uso de um largo espectro de expressões variantes das políticas culturais. Apenas a título de exemplo, Calabre (2014, p. 116) encontra, entre os anos de 2007 e 2012, 63 teses e dissertações com a expressão *política pública de cultura*, em títulos, resumos ou palavras-chave, sendo este o termo com maior recorrência, seguido por *Ministério da Cultura* (57), *leis de incentivo* (30), *política cultural* (12) e *financiamento à cultura* (5). A reflexão proposta também no artigo *Publicações sobre políticas culturais na Universidade Federal da Bahia: explorações bibliométricas* (2020), indica que

os dados podem indicar uma maior expressividade da produção científica em nível de pós-graduação no campo do que a identificada pela autora. Por sua vez, também é

¹³ Disponível em <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/>

possível que a sistematização ora apresentada tenha o seu alcance reduzido por não utilizar termos que possam indicar uma afinidade com as políticas culturais. (ROCHA et.al., 2020, p.24)

Com o intuito de ampliar o olhar e reduzir a limitação apresentada por esta categoria de análise, foram verificadas as expressões mais recorrentes no campo de palavras-chave das teses e dissertações sobre políticas culturais.

A opção das palavras chave como categoria de análise levam em conta: a relevância atribuída pelos autores para a escolha das expressões; a possibilidade de um olhar panorâmico sobre os temas abordados; e, por fim, mas não menos importante, a possibilidade de automatização de parte da sistematização necessária para a elaboração de uma nuvem de *tags*¹⁴. (ROCHA et al., 2020, p. 6)

A descrição do tratamento das 3588 palavras-chave encontradas nas 235 teses e 750 dissertações sobre políticas culturais defendidas no Brasil, também explicitadas no capítulo *Dados abertos da CAPES como fonte informacional: Uma análise da produção de conhecimento sobre políticas culturais no Brasil* (ROCHA; ROCHA; MATTOS, 2020), ainda não publicado, é apresentada a seguir.

Inicialmente, foi utilizado o Microsoft Excel® para identificar e corrigir as inconsistências relativas à separação de termos, uma vez que não havia padrão nos caracteres utilizados para tal, a exemplo de “ponto e vírgula”, “vírgula”, “ponto”, “espaço” e/ou “barra”. Em seguida foi realizada a revisão e padronização dos termos quanto à grafia, acentuação, uso de maiúsculas etc. Por fim, optou-se por reunir expressões diferenciadas quanto ao uso de plural, sempre quando identificada a manutenção do significado (a exemplo de *Políticas Públicas* e *Política Pública*), optando sempre pelo uso com maior quantidade de ocorrências; siglas (de *RJ* para *Rio de Janeiro*) e unificação de expressões referentes ao mesmo tópico (como *Cultura Viva* e *Programa Cultura Viva*). (ROCHA et al., 2020)

Em seguida, ainda a partir do Microsoft Excel®, os termos foram contabilizados e, com vistas a garantir uma visualização adequada, foram mantidos apenas os que possuíam mais de três repetições. Também foram excluídas expressões já sabidamente recorrentes, como as variações de *políticas culturais* utilizadas na busca, e a palavra *cultura* e seus termos qualificativos únicos, *cultural* e *culturais*. Com isso, as 1289 expressões restantes foram importadas para o site <https://wordart.com/create> para a elaboração da nuvem de *tags*. (ROCHA et al., 2020)

¹⁴ Em tradução livre, uma nuvem de etiquetas ou nuvem de palavras. Trata-se de um gráfico digital que tem como propósito representar o grau de recorrência de palavras ou expressões em um conjunto específico. Desse modo, quanto mais repetições a palavra ou expressão possui, mais sua representação é evidenciada no gráfico.

Neste contexto, é importante destacar também algumas ausências. Em consonância com o que propõe Albino Rubim (2007), as investigações sobre as políticas culturais se caracterizam, entre outros aspectos, pela proeminência de análises empíricas de experimentos em períodos, temáticas e espaços específicos, o que é possível notar pela ausência de palavras-chave que façam referência a estudos de cunho teórico conceitual. Admitindo o número de trabalhos sobre políticas culturais defendidos em todo o território nacional, mostra-se incipiente a presença de palavras como *Arte*, com 14 menções, *Cinema*, com 19, *Dança*, 13 e *Teatro*, com 16 ocorrências. Da mesma forma, reflexões sobre gênero e raça não parecem possuir centralidade nos estudos analisados.

Seguindo a mesma metodologia, foi feito o exercício de identificação dos termos e expressões mais recorrentes nos trabalhos defendidos na Bahia e em São Paulo e o que esta visualização poderia revelar. Nas Figuras 7 e 8 são apresentadas as nuvens de *tags* utilizadas no campo de palavras-chave dos trabalhos defendidos nos dois estados.

Figura 7 - Expressões mais recorrentes dentre as palavras-chave das teses e dissertações sobre políticas culturais defendidas na Bahia (1987 a 2018).



Fonte: elaboração própria.

Das expressões que merecem destaque em São Paulo, estão também *política* e *ação cultural*, com 8 ocorrências cada. A primeira só aparece duas vezes na Bahia e, portanto, foi também desconsiderada na elaboração da nuvem, e a segunda não possui nenhuma menção. *Ação cultural* foi encontrada dentro da macroestrutura da expressão *política cultural* definida no vocabulário controlado da USP¹⁵, o que nos indica uma consonância na utilização desta expressão na instituição, no que se refere às temáticas subjacentes ao campo.

Outro dado importante é a forte presença da expressão *indústria cultural* em São Paulo, com sete menções. Ela não aparece nenhuma vez em todo o conjunto de trabalhos da Bahia, o que nos mostra uma certa discrepância na tendência pela opção do tema nos dois estados. No mesmo sentido, apresentam-se *cidadania*, com seis aparições em São Paulo e apenas uma na Bahia, *Lei Rouanet* e *juventude*, cada uma com cinco menções em São Paulo e nenhuma na Bahia.

Temáticas relacionadas à gestão estatal, como *gestão*, *gestão cultural*, *democracia*, *Programa Cultura Viva* e *Governo Lula* estão presentes com certa relevância na Bahia, com o mínimo de três aparições cada uma, no entanto, nenhuma destas expressões se faz presente na nuvem de *tags* de São Paulo, o que nos permite também orientar a percepção sobre as tendências temáticas.

Verifica-se que as diferenças de agendas de estudos nos estados, circunscrita neste trabalho em um comparativo entre Bahia e São Paulo, podem ter relação com os contextos em que se desenvolvem. A recorrente utilização da expressão *Lei Rouanet* em São Paulo, por exemplo, é provavelmente reflexo do amplo alcance deste mecanismo enquanto direcionamento da política pública no estado.

¹⁵ Disponível em <http://vocabusp.sibi.usp.br/Vocab/Sibix652.dll/ARV?Hier=CH764.5.2.9.7>

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Identificar a continuidade longitudinal das pesquisas realizadas e a conformação dessa rede de informações configura-se fundamental para o entendimento sobre o desenvolvimento do campo de estudos das políticas culturais, inclusive para o respaldo científico nas proposições de políticas públicas e para o fortalecimento de ações formativas de maneira efetiva e continuada. Tal intento só é possível por meio de levantamentos e análises quantitativas e qualitativas do que já foi e vem sendo produzido até o momento.

Com a elaboração deste trabalho, foi possível compreender que a noção de políticas culturais ultrapassa as ações empreendidas pelo Estado na história das políticas públicas. O próprio ato de reflexão, sistematização e publicização dos estudos sobre o tema é também uma forma de realização de uma política cultural e não está descolado do âmbito estatal das políticas. Ao contrário, percebe-se que as formas de condução política na esfera pública refletem diretamente na conformação da égide do conhecimento.

O conceito de políticas culturais é ainda difuso e, em certa medida, pouco explorado nas pesquisas. A dispersão de sentidos intrínseca ao campo é, portanto, causa e/ou efeito de todo o processo histórico, disputas simbólicas, materiais e políticas sucedidas na sociedade. Não à toa, fica evidente a escassez de produções que propõem análises sobre a conformação do próprio campo, restringindo-se os trabalhos a análises mais empíricas voltadas para ações práticas desempenhadas pelo Estado.

Valendo-se metodologicamente do ferramental da bibliometria, a pesquisa avaliou quantitativamente as teses e dissertações sobre políticas culturais, publicadas de 1987 a 2018 no Brasil, a partir dos dados obtidos na plataforma de Dados Abertos da CAPES. Por meio das representações gráficas e observação das expressões utilizadas nos trabalhos, foi possível identificar a localização do tema no cenário nacional e certas tendências de pesquisa.

O estudo empreendido revelou resultados interessantes, ainda que se possa identificar e reafirmar suas limitações. A própria opção pela busca através de expressões pré-definidas é um ponto que precisa ser superado em análises futuras. Como discutido, restringir um campo de conhecimento à utilização ou ausência de termos tão específicos como os ora aplicados pode revelar pistas importantes, mas não traduz toda a complexidade deste domínio.

Em posse das análises, identifica-se um aumento considerável no quantitativo de teses e dissertações publicadas no Brasil desde 1987, correspondendo também ao grande incremento no número de publicações sobre políticas culturais, especialmente a partir dos anos 2000. Nesta

direção, a tendência é apontada como consequência de políticas públicas de ampliação dos espaços de discussão e publicação científica, associada à necessidade de reflexões em torno das imbricações políticas dadas neste contexto.

Do primeiro período analisado (1987 a 1990) até o último (2015 a 2018), os estudos voltados ao campo das políticas culturais crescem em uma proporção de 5600% em dissertações de mestrado e 3600% em teses de doutorado. Ainda que sob influência do baixo número de trabalhos defendidos no primeiro período, os dados são expressivos e sugerem o assentamento e robustecimento da temática no país.

Em relação à distribuição territorial, em termos gerais, os números reafirmam a desigualdade da produção de conhecimento entre as regiões e estados brasileiros, mas substanciam a forte presença do estado da Bahia na contribuição ao campo. A Universidade Federal da Bahia (UFBA) é responsável por 87 trabalhos defendidos sobre o tema, contribuindo sobremaneira com a posição da Bahia em primeiro lugar no *ranking* dos estados, quando comparado ao quantitativo total de defesas. No mesmo sentido, destaca-se o aporte fornecido pelo Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (Pós-Cultura). Entre os 159 programas de pós-graduação que abrigam dissertações e 69 com teses sobre políticas culturais, o Pós-cultura, sozinho, é responsável por aproximadamente 5% das publicações, um percentual bastante alto para o número de programas encontrados.

A multidisciplinaridade e a riqueza terminológica em torno do campo são também assinaladas, a partir da identificação da diversidade de programas e temáticas que compreendem os estudos. A análise de termos e expressões utilizadas nos trabalhos também reforçam o indicativo de uma multiplicidade de interpretações e agendas que acometem as políticas culturais. No entanto, reitera-se a noção do campo vinculada a ações estatais, uma vez que a expressão mais recorrente nas 750 dissertações e 235 teses foi *políticas públicas*, com 98 menções nos títulos, resumos e/ou palavras-chave dos trabalhos.

Através dos resultados apresentados, percebe-se que o desenvolvimento do campo de estudos em políticas culturais no Brasil se dá a partir de reflexos também dos ambientes políticos vivenciados. Tanto a evolução temporal, quanto sua distribuição territorial estão intimamente ligadas ao que é favorecido ou negligenciado em termos de políticas públicas implementadas para a cultura nestes recortes. As distribuições temáticas também demonstram – por meio das inferências sobre os programas de pós-graduação e, brevemente, no uso de determinadas expressões – que a área apresenta grande dispersão disciplinar e dificuldades de consenso em torno de terminologias comuns.

Ainda que como um esforço preliminar, este trabalho apresentou considerações importantes sobre o desenvolvimento do campo de conhecimento das políticas culturais e trouxe indicativos a serem considerados em trabalhos posteriores, a partir da identificação de algumas lacunas e possibilidades de extrapolação das análises.

6. REFERÊNCIAS

- BARBALHO, Alexandre; HOLANDA, Jocastra. 2014. **Estudos de política cultural no Brasil: um olhar desde o ENECULT**. In: VIEIRA, Mariella et al.(orgs). Enecult 10 anos. Salvador: EDUFBA, p.183-196.
- BOTELHO, Isaura. Dimensões da cultura e políticas públicas. **São Paulo em perspectiva**, v. 15, n. 2, p. 73-83, 2001.
- BRAGA, C. F.; TUZZO, S. A. Dados abertos à brasileira: aspecto de uma cidadania denegada. **Comunicação & Inovação**, v. 18, n. 37, 2017. p. 48-65.
- BRANDÃO, Gustavo; COSTA, Leonardo; MATTOS, Nayanna; ROCHA, Renata. **Levantamento de publicações sobre políticas culturais na Universidade Federal da Bahia entre os anos de 2005 e 2018**. Salvador: XV Enecult, 2019.
- BRUNNER, José Joaquín. **Políticas culturales y democracia: hacia una teoría de las oportunidades**. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). Políticas Culturales en América Latina. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.
- CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil: um histórico**. Salvador: I Enecult, 2005.
- CALABRE, Lia. **História das políticas culturais na América Latina: um estudo comparativo de Brasil, Argentina, México e Colômbia**. Revista Escritos, Rio de Janeiro, Ano 7, n. 7, p. 323-345, 2013.
- CALABRE, Lia. **Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências**. Pragmatizes-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura, n. 7, p. 109-129, 2014.
- CALABRE, Lia; DOMINGUES, Alexandre (Org.). **Estudos sobre políticas culturais e gestão da cultura**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2019.
- COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.
- COSTA, Leonardo; ROCHA, Renata; MATTOS, Nayanna; CALDAS, Raíssa. **Economia da cultura e criativa e a formação em organização da cultura no Brasil**. IV Congresso Internacional Sobre Culturas. Cachoeira: UFRB, 2018.
- GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). **Políticas Culturales en América Latina**. Buenos Aires: Grijalbo, 1987.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. **Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano**. In: GARCIA CANCLINI, Néstor (Org.). Políticas Culturales en América Latina. Buenos Aires: Grijalbo, 1987. p. 13-59.
- GARCIA CANCLINI, Néstor. **Definiciones en transición**. In: MATO, Daniel (Org.). Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 57-67.

MENA-CHALCO, J. P.; ROCHA, V. E. Caracterização do banco de teses e dissertações da capes. Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, v. 4, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45653>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

OCHOA GAUTIER, Ana María. **Entre los deseos y los derechos: un ensayo crítico sobre políticas culturales**. Bogotá: INCAH, 2003.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. ONU, 1948.

PIAZZON, Luciana; ORTELLADO, Pablo; SOUSA, Valmir. **O que são políticas culturais? Uma revisão crítica da modalidade da ação do Estado no campo da cultura**. IV Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2013.

ROCHA, Renata. Políticas culturais na América Latina: uma abordagem teórico-conceitual. **Políticas Culturais em Revista**, v. 9, n. 2, p. 674-703, 2016.

ROCHA, Renata; BRIZUELA, Juan Ignacio (Org). **Política cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019.

ROCHA, Renata; COSTA, Leonardo; MATTOS, Nayanna; BRANDÃO, Gustavo. Publicações sobre políticas culturais na Universidade Federal da Bahia: explorações bibliométricas. **PragMATIZES - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, v. 10, n. 19, p. 380-406.

RUBI, **Centro de Referência de Políticas Culturais**. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/2003>. Acesso em: 30 jan. 2019.

RUBIM, Albino. **Políticas culturais entre o possível e o impossível**. In: NUSSBAUMER, Gisele (Org.). Teorias & políticas de cultura. Salvador: CULT: EDUFBA, 2007. p. 139-158.

RUBIM, Linda Silva Oliveira; VEIRA, Mariella Pitombo; SOUZA, Delmira Nunes de. **Enecult 10 anos**. Salvador: CULT: EDUFBA, 2014.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre Almeida; CALABRE, Lia. **Políticas culturais no governo Dilma**. EDUFBA, 2015.

SANTOS, Marcelo Augusto de Paiva. **Políticas culturais, um campo em formação: explorações a partir de metodologias informacionais e cientométricas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2017.

SENA, E. A.. Um turbilhão sublime: Mário de Andrade e o Departamento de Cultura de São Paulo. In: Seminário Internacional de Políticas Culturais, 2019, Rio de Janeiro. **Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2019.

SOARES, Patrícia Bourguignon et al. Análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre Tecnologia de Construção e Edificações na base de dados Web of Science. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 175-185, jan./mar. 2016.

VEIRA, Mariella Pitombo et al. **O perfil dos estudos sobre políticas culturais a partir do ENECULT**. Salvador: XII Enecult, 2016.

APÊNDICE A - PROCEDIMENTOS E FÓRMULAS PARA FILTRAGEM DE DADOS

Estão descritos, a seguir, os procedimentos e fórmulas construídas para a filtragem de dados nas planilhas de microdados fornecidas pelo banco de Dados Abertos da CAPES.

Como mencionado no capítulo que descreve a metodologia, o primeiro procedimento realizado foi a padronização de todas as informações em cada arquivo. Em seguida, foi aplicado o procedimento a seguir em cada arquivo correspondente a um ano e, em posse dos dados filtrados de todos os anos, estes dados foram unidos em um único arquivo para elaboração dos gráficos.

Os passos realizados para a filtragem são descritos a seguir.

PASSO 1 - Preparação do arquivo

- Renomear a aba de dados para “Dados_originais”
- Criar uma aba denominada “Termos” e inserir em cada linha da coluna A as expressões a serem buscadas, considerando assimetrias de plural e uso de acentuação, a saber:
política cultural; políticas culturais; política de cultura; políticas de cultura; política;
para cultura; políticas para cultura; política para a cultura; políticas para a cultura;
política pública cultural; políticas públicas culturais; política pública de cultura;
políticas públicas de cultura; política da cultura; políticas da cultura; politica cultural;
políticas culturais; politica de cultura; politicas de cultura; politica para cultura; politicas
para cultura; politica para a cultura; políticas para a cultura; política pública cultural;
políticas públicas culturais; politica pública de cultura; politicas públicas de cultura;
politica da cultura; politicas da cultura; politica publica cultural; politicas publicas
culturais; politica publica de cultura; politicas publicas de cultura; política publica
cultural; políticas publicas culturais; política publica de cultura; políticas publicas de
cultura.
- Criar uma aba denominada “Limpeza”, onde serão aplicadas as fórmulas para a reunião apenas dos dados buscados.

PASSO 2 - Localização dos trabalhos que contenham pelo menos uma das expressões

- Na aba “Limpeza”, inserir em cada célula, desde a linha 2 até a última linha que contém dados na aba “Dados_originais”, a fórmula correspondente à informação buscada. Por exemplo, em 1987 há dados até a linha 4497 (desconsiderando a linha de títulos das informações, temos 4496 trabalhos publicados neste ano). Os títulos dos trabalhos estão descritos na coluna P, logo, na aba “Limpeza”, será inserida a fórmula a seguir para buscar por títulos que contenham pelo menos uma das expressões na célula P2 e arrastadas até a célula P4497.

=SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$1;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$2;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$3;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$4;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$5;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$6;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$7;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$8;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$9;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$10;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$11;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$12;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$13;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$14;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$15;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$16;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$17;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$18;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$19;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$20;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$21;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$22;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$23;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$24;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$25;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$26;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$27;

Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$28;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$29;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$30;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$31;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$32;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$33;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$34;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$35;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$36;Dados_originais!P2))=VERDADEIRO;Dados_originais!P2;0))

- O mesmo procedimento é repetido nas outras colunas em que são buscados os termos, substituindo a letra P da fórmula pela letra da coluna correspondente. Por exemplo, as palavras-chave encontram-se na coluna S e os resumos na coluna X. Logo, a fórmula aplicada a partir da célula S2 ficaria como demonstrado a seguir, o mesmo é feito para a coluna X:

=SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$1;Dados_originais!S2))=VERDADEIRO;Dados_originais!S2;SE(ÉNÚM(LOCALIZAR(Termos!\$A\$2;Dados_originais!S2))=VERDADEIRO;Dados_originais!S2...

PASSO 3 - Preenchimento das demais informações

Após o passo anterior, teremos preenchidas na aba “Limpeza” todas as células onde foram encontradas as expressões e, onde não foram encontradas, o numeral “0”. Agora é necessário preencher as outras informações referentes aos trabalhos encontrados.

Para tanto, foi realizado o seguinte procedimento:

- Na coluna A, inserir a fórmula a seguir, de A2 até a última linha que contenha dados na aba “Dados_originais”. Em nosso exemplo anterior, até a célula A4497. Caso os dados buscados estejam em outras colunas, substituir “\$P2”, “\$S2” e “X2” da fórmula pelas colunas correspondentes.

=SE(ÉTEXTO(\$P2)=VERDADEIRO;Dados_originais!A2;SE(ÉTEXTO(\$S2)=VERDADEIRO;Dados_originais!A2;SE(ÉTEXTO(\$X2)=VERDADEIRO;Dados_originais!A2;"EXCLUIR"))

Desta forma, as células da coluna A (referente ao ano de defesa) serão preenchidas com o ano apenas nas linhas onde tenham sido encontrados os trabalhos com pelo menos uma das

expressões em título, resumo e/ou palavras-chave. As demais células serão preenchidas com a palavra “EXCLUIR”.

- Para preencher as células das demais colunas, aplicar a seguinte fórmula em todas as células vazias restantes, a partir de B2 a B4497, arrastando até O2 a O4497, depois de Q2 a Q4497 (pois a coluna P já está preenchida) e assim sucessivamente, de acordo com o exemplo que utilizamos aqui, até onde haja colunas preenchidas na aba “Dados_originais”.

=SE(ÉTEXTO(\$Q2)=VERDADEIRO;Dados_originais!B2;SE(ÉTEXTO(\$T2)=VERDADEIRO;Dados_originais!B2;SE(ÉTEXTO(\$Y2)=VERDADEIRO;Dados_originais!B2;"")))

Para manter na aba “Limpeza” apenas os dados que nos interessam, ou seja, aqueles em que foram encontradas as expressões, fazemos o seguinte procedimento:

- Criar uma coluna à esquerda da coluna A;
- Copiar a coluna A e colar especial (somente valores) na nova coluna;
- Selecionar a nova coluna A, acionar a ferramenta Localizar (Ctrl+L), digitar EXCLUIR na caixa de diálogo da ferramenta e clicar em localizar todas;
- No quadro onde aparecem todas as ocorrências, selecionar da primeira à última (clique na primeira, pressione Ctrl+Shift e clique na última);
- Com todas as ocorrências do quadro selecionadas, ir até Página Inicial, Excluir, Linhas.

Agora terão sobrado nesta aba apenas os dados referentes às publicações extraídas da aba “Dados_originais” através da busca pelas expressões.

- Excluir a coluna B (antiga coluna A).

PASSO 4 - Ajuste das células preenchidas com numeral “0”

Por fim, preenchamos as células das colunas onde ocorreram as buscas e não retornaram textos. Utilizando nosso exemplo, suponhamos que o trabalho encontrado na linha 2 tenha apresentado pelo menos uma das expressões na coluna de palavras-chave (S2) e nenhuma expressão em título (P2) e resumo (X2), retornando o numeral “0”. Nestas duas células vamos realizar o procedimento a seguir:

- Copiar a fórmula da célula ao lado, deixando apenas o fragmento que corresponda à célula que há texto e substituindo a letra correspondente à coluna copiada pela letra correspondente à coluna a ser preenchida. Suponhamos que a fórmula contida na célula ao lado de P2 (O2) seja a seguinte:

```
=SE(ÉTEXTO($P2)=VERDADEIRO;Dados_originais!O3281;SE(ÉTEXTO($S2)=VERDADEIRO;Dados_originais!O3281;SE(ÉTEXTO($X2)=VERDADEIRO;Dados_originais!O3281;"")))
```

Apenas o fragmento destacado acima será copiado, substituindo a letra “O” por “P” e colado na célula P2. O mesmo é feito para a célula X2, substituindo a letra “O” por “X”:

```
=SE(ÉTEXTO($S2)=VERDADEIRO;Dados_originais!P3281)
```

```
=SE(ÉTEXTO($S2)=VERDADEIRO;Dados_originais!X3281)
```

PASSO 5 - Consolidação do arquivo final

Para a consolidação do arquivo final, basta copiar todas as células da aba “Limpeza” e colar especial (somente valores) em um novo arquivo.